

Caixa Econômica Federal – CAIXA

30 de Junho de 2012

ÍNDICE GERAL	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	08
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	111
Relatório dos Auditores Independentes	113
Parecer do Conselho Fiscal	116
Parecer do Conselho da Administração	117



Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
CIRCULANTE	321.351.012	232.502.431	225.256.727	321.812.504	232.959.878	225.588.289
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4.371.999	4.942.335	3.811.724	4.371.999	4.942.335	3.811.724
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	52.407.225	29.746.967	41.424.809	52.407.225	29.746.967	41.424.809
Aplicações no mercado aberto	50.245.098	27.683.377	41.424.809	50.245.098	27.683.377	41.424.809
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.162.173	2.063.665		2.162.173	2.063.665	
Provisões para perdas	-46	-75		-46	-75	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	87.808.138	77.899.243	62.088.658	88.209.229	78.232.348	62.363.438
Carteira própria - livre	60.515.443	51.160.691	57.566.578	60.916.534	51.493.796	57.841.358
Vinculados a compromissos de recompra	26.273.130	25.433.206	4.481.526	26.273.130	25.433.206	4.481.526
Vinculados a prestação de garantias	1.018.577	1.053.551	39.326	1.018.577	1.053.551	39.326
Títulos objeto de oper. comprom. com livre movimentação		250.611			250.611	
Vinculados ao Banco Central	988	1.184	1.228	988	1.184	1.228
Instrumentos financeiros derivativos						
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	69.681.600	62.665.106	58.730.920	69.681.600	62.665.106	58.730.920
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.080.837	157.486	1.157.350	1.080.837	157.486	1.157.350
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central (Nota 7 (a))	68.085.497	62.172.025	57.056.403	68.085.497	62.172.025	57.056.403
Correspondentes	515.266	335.595	517.167	515.266	335.595	517.167
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	263.316	126.699	231.238	263.316	126.699	231.238
Recursos em trânsito de terceiros	9	177	82	9	177	82
Transferências internas de recursos	263.307	126.522	231.156	263.307	126.522	231.156
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	86.197.344	36.252.452	42.385.367	86.197.344	36.252.492	42.385.367
Setor público	5.766.969	1.382.137	1.739.275	5.766.969	1.382.177	1.739.275
Setor privado	87.792.984	40.549.328	45.716.233	87.792.984	40.549.328	45.716.233
Provisão para operações de créditos	-7.362.609	-5.679.013	-5.070.141	-7.362.609	-5.679.013	-5.070.141
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	19.599.667	19.882.210	15.394.559	19.660.068	20.006.512	15.451.341
Créditos por avais e fianças honrados	35.400	32.142	33.540	35.400	32.142	33.540
Carteira de câmbio	74.406	16.809	92.686	74.406	16.809	92.686
Rendas a receber	1.712.315	1.630.259	1.277.244	1.768.705	1.754.233	1.312.159
Negociação e intermediação de valores	6.016	128	24.532	6.016	128	24.532
Créditos específicos	649.101	136.123	119.507	649.101	136.123	119.507
Diversos	17.247.980	18.186.804	13.943.408	17.251.991	18.187.132	13.965.275
Provisão para outros créditos	-125.551	-120.055	-96.358	-125.551	-120.055	-96.358
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.021.723	987.419	1.189.452	1.021.723	987.419	1.189.452
Outros valores e bens	738.926	742.994	829.140	738.926	742.994	829.140
Provisões para perdas	-113.127	-122.953	-134.152	-113.127	-122.953	-134.152
Despesas antecipadas	395.924	367.378	494.464	395.924	367.378	494.464
NÃO CIRCULANTE	275.019.626	278.528.617	234.902.959	274.445.453	277.253.715	233.643.986
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	39.907.128	41.505.632	45.398.070	39.907.128	41.505.632	45.398.070
Carteira própria - livre	25.702.074	30.603.550	23.043.152	25.702.074	30.603.550	23.043.152
Vinculados a compromissos de recompra	14.199.197	10.896.590	21.623.833	14.199.197	10.896.590	21.623.833
Vinculados a prestação de garantias	5.857	5.492	731.085	5.857	5.492	731.085
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7 (b))	18.527.064	18.333.916	20.938.647	18.527.064	18.333.916	20.938.647
SFH - Sistema financeiro da habitação	18.527.064	18.333.916	20.938.647	18.527.064	18.333.916	20.938.647
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	193.833.445	197.595.203	150.432.876	193.833.445	197.595.163	150.432.876
Setor público	18.413.707	20.804.015	14.536.982	18.413.707	20.803.974	14.536.982
Setor privado	185.627.173	186.813.296	143.860.516	185.627.173	186.813.297	143.860.516
Provisão para operações de créditos	-10.207.435	-10.022.108	-7.964.622	-10.207.435	-10.022.108	-7.964.622
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	14.730.205	13.615.699	11.763.853	14.730.205	13.615.699	11.763.853
Diversos	14.740.942	13.631.616	11.773.893	14.740.942	13.631.616	11.773.893
Provisão para outros créditos	-10.737	-15.917	-10.040	-10.737	-15.917	-10.040
PERMANENTE	8.021.784	7.478.167	6.369.513	7.447.611	6.203.305	5.110.540
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.824.698	3.407.634	3.152.535	3.250.525	2.132.771	1.893.561
Participações em coligadas e controladas	3.610.277	3.215.248	3.073.911	3.036.104	1.940.385	1.814.937
- No país	3.609.134	3.214.258	3.073.078	3.034.961	1.939.395	1.814.104
- No exterior	1.143	990	833	1.143	990	833
Outros investimentos	233.147	211.108	89.696	233.147	211.108	89.696
Provisão para perdas	-18.726	-18.722	-11.072	-18.726	-18.722	-11.072
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.070.980	1.975.401	1.954.529	2.070.980	1.975.402	1.954.530
Imóveis de uso	301.904	268.091	224.885	301.904	268.091	224.885
Reavaliações de imóveis de uso	807.801	810.437	812.031	807.801	810.437	812.031
Outras imobilizações de uso	4.308.168	4.028.123	3.846.999	4.308.168	4.028.125	3.847.000
Depreciações acumuladas	-3.346.893	-3.131.250	-2.929.386	-3.346.893	-3.131.251	-2.929.386
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.117.153	2.072.059	1.215.682	2.117.153	2.072.059	1.215.682
Ativos intangíveis	2.782.932	2.583.979	1.702.334	2.782.932	2.583.979	1.702.334
Amortizações acumuladas	-665.779	-511.920	-486.652	-665.779	-511.920	-486.652
DIFERIDO	8.953	23.073	46.767	8.953	23.073	46.767
Gastos de organização e expansão	76.971	170.023	258.079	76.971	170.023	258.079
Amortizações acumuladas	-68.018	-146.950	-211.312	-68.018	-146.950	-211.312
T O T A L	596.370.638	511.031.048	460.159.686	596.257.957	510.213.593	459.232.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE	401.996.519	355.877.180	337.618.786	401.883.838	355.059.725	336.691.375
DEPÓSITOS (Nota 14)	259.728.726	248.023.653	233.524.490	259.723.687	248.005.716	233.507.566
Depósitos à vista	23.970.198	22.943.005	20.723.672	23.970.189	22.943.003	20.723.599
Depósitos de poupança	161.923.834	150.362.663	136.291.566	161.923.834	150.362.663	136.291.566
Depósitos interfinanceiros	7.292.664	5.097.544	2.287.177	7.292.664	5.097.544	2.287.177
Depósitos a prazo	55.176.875	56.365.520	64.130.762	55.171.845	56.347.585	64.113.911
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.365.155	13.254.921	9.995.010	11.365.155	13.254.921	9.995.010
Outros depósitos			96.303			96.303
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	85.270.483	54.066.190	59.555.457	85.041.077	53.182.857	58.542.459
Carteira própria	40.353.383	34.600.772	23.494.054	40.123.977	33.717.439	22.481.056
Carteira de terceiros	44.917.100	19.215.316	36.061.403	44.917.100	19.215.316	36.061.403
Carteira livre movimentação		250.102			250.102	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	14.221.726	12.966.352	7.637.653	14.221.726	12.966.352	7.637.653
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	14.221.726	12.966.352	7.637.653	14.221.726	12.966.352	7.637.653
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.278.190	203.344	1.332.866	1.278.190	203.344	1.332.866
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.267.396	193.143	1.327.260	1.267.396	193.143	1.327.260
Correspondentes	10.794	10.201	5.606	10.794	10.201	5.606
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	414.958	1.221.057	391.930	414.958	1.221.057	391.930
Recursos em trânsito de terceiros	388.220	1.193.795	381.243	388.220	1.193.795	381.243
Transferências internas de recursos	26.738	27.262	10.687	26.738	27.262	10.687
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	217		188.269	217		188.269
Empréstimos no exterior	217		188.269	217		188.269
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.379.244	810.500	690.015	1.379.244	810.500	690.015
TESOURO NACIONAL - PIS	440.499	483.010	647.619	440.499	483.010	647.619
BNDES	92.503	240.001	18.579	92.503	240.001	18.579
FGTS	846.242	87.489	23.817	846.242	87.489	23.817
Outras						
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	560	827	852	560	827	852
Instrumentos financeiros derivativos	560	827	852	560	827	852
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	39.702.415	38.585.257	34.297.254	39.824.179	38.669.072	34.399.765
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.050.198	207.391	686.842	1.050.198	207.391	686.842
Carteira de câmbio	76.050	17.002	93.668	76.050	17.002	93.668
Sociais e estatutárias	1.159.257	3.142.448	604.217	1.159.257	3.142.448	604.217
Fiscais e previdenciárias	1.611.812	1.262.434	985.296	1.733.477	1.346.225	1.087.431
Negociação e intermediação de valores	3.256	6.956	1.750	3.256	6.956	1.750
Recursos para destinação específica:						
Obrigações de operações com loterias	553.725	725.499	442.849	553.725	725.499	442.849
Obrigações por fundos e programas sociais	4.924.696	4.718.055	3.919.412	4.924.696	4.718.055	3.919.412
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	632.543	945.469	690.182	632.543	945.469	690.182
Diversas	29.690.878	27.560.003	26.873.038	29.690.977	27.560.027	26.873.414
NÃO CIRCULANTE	172.976.173	135.592.488	104.339.367	172.976.173	135.592.488	104.339.367
DEPÓSITOS (Nota 14)	25.537.989	11.823.322	937.019	25.537.989	11.823.322	937.019
Depósitos a prazo	25.531.601	11.817.258	931.286	25.531.601	11.817.258	931.286
Depósitos interfinanceiros	6.388	6.064	5.733	6.388	6.064	5.733
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	2.100.149	2.225.101	2.868.406	2.100.149	2.225.101	2.868.406
Carteira própria	2.100.149	2.225.101	2.868.406	2.100.149	2.225.101	2.868.406
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	16.123.508	8.111.192	7.925.311	16.123.508	8.111.192	7.925.311
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	16.123.508	8.111.192	7.925.311	16.123.508	8.111.192	7.925.311
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	3.529	4.601	4.751	3.529	4.601	4.751
Empréstimos no exterior	3.529	4.601	4.751	3.529	4.601	4.751
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	102.659.368	90.805.224	73.770.367	102.659.368	90.805.224	73.770.367
TESOURO NACIONAL - PIS	22.823	84.612	29.313	22.823	84.612	29.313
BNDES	13.221.672	10.032.736	6.320.856	13.221.672	10.032.736	6.320.856
FGTS	89.204.080	80.511.694	67.221.463	89.204.080	80.511.694	67.221.463
Outras	210.793	176.182	198.735	210.793	176.182	198.735
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	26.551.630	22.623.048	18.833.513	26.551.630	22.623.048	18.833.513
Fiscais e previdenciárias	182.230	187.787	192.970	182.230	187.787	192.970
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	11.837.606	8.550.802	5.276.936	11.837.606	8.550.802	5.276.936
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	14.531.794	13.884.459	13.363.607	14.531.794	13.884.459	13.363.607
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	21.397.946	19.561.380	18.201.533	21.397.946	19.561.380	18.201.533
Capital social	15.154.802	15.154.802	14.673.724	15.154.802	15.154.802	14.673.724
Capital de domiciliados no país	13.562.433	13.562.433	13.562.433	13.562.433	13.562.433	13.562.433
Aumento de capital	5.464.821	5.464.821	4.983.742	5.464.821	5.464.821	4.983.742
Capital a realizar	-3.872.452	-3.872.452	-3.872.451	-3.872.452	-3.872.452	-3.872.451
Reserva de reavaliação	458.274	464.595	471.959	458.274	464.595	471.959
Reservas de lucros	4.459.454	4.079.781	1.944.114	4.459.454	4.079.781	1.944.114
Ajuste de avaliação patrimonial	-282.493	-137.798	-8.121	-282.493	-137.798	-8.121
Lucros acumulados	1.607.909		1.119.857	1.607.909		1.119.857
T O T A L	596.370.638	511.031.048	460.159.686	596.257.957	510.213.593	459.232.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	14.259.142	28.553.105	24.426.446	14.259.142	28.553.105	24.426.446
Operações de crédito (Nota 8 (f))	8.370.286	16.537.613	12.688.242	8.370.286	16.537.613	12.688.242
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6 (d))	4.952.671	9.834.965	8.453.225	4.952.671	9.834.965	8.453.225
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	-546.893	-904.021	-36.825	-546.893	-904.021	-36.825
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	8.166	9.522	500	8.166	9.522	500
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.434.153	3.022.332	3.320.722	1.434.153	3.022.332	3.320.722
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	40.759	52.694	582	40.759	52.694	582
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	-10.258.048	-20.369.584	-17.197.865	-10.251.044	-20.348.061	-17.151.139
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	-6.594.054	-13.375.359	-11.665.174	-6.587.050	-13.353.836	-11.618.448
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	-1.710.164	-3.359.229	-2.556.867	-1.710.164	-3.359.229	-2.556.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	-1.953.830	-3.634.996	-2.975.824	-1.953.830	-3.634.996	-2.975.824
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.001.094	8.183.521	7.228.581	4.008.098	8.205.044	7.275.307
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS	-2.453.350	-5.309.628	-5.292.469	-2.460.104	-5.327.412	-5.308.440
Receitas de prestação de serviços (Nota 23)	2.976.943	5.769.031	5.568.785	2.976.943	5.769.031	5.568.785
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23)	564.907	1.080.237	567.395	564.907	1.080.237	567.395
Despesas de pessoal (Nota 24)	-3.170.007	-6.217.996	-5.612.652	-3.170.418	-6.218.750	-5.613.266
Outras despesas administrativas (Nota 25)	-2.042.537	-3.977.204	-3.459.778	-2.043.699	-3.981.065	-3.460.840
Despesas tributárias (Nota 29)	-498.028	-1.021.048	-860.526	-498.410	-1.021.430	-865.623
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	82.924	152.975	101.610	82.429	138.146	30.098
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.355.366	3.622.437	3.144.374	2.351.065	3.624.482	3.206.702
Outras despesas operacionais (Nota 27)	-2.722.918	-4.718.060	-4.741.677	-2.722.921	-4.718.063	-4.741.691
RESULTADO OPERACIONAL	1.547.744	2.873.893	1.936.112	1.547.994	2.877.632	1.966.867
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	-56.062	-92.147	-110.023	-56.062	-92.147	-110.023
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.491.682	2.781.746	1.826.089	1.491.932	2.785.485	1.856.844
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	300.342	358.028	555.423	300.092	354.289	524.668
Tributos correntes	-324.787	-396.437	-98.173	-325.038	-400.181	-128.930
Ativo fiscal diferido	797.332	1.027.468	659.796	797.332	1.027.472	659.798
Passivo fiscal diferido	-172.203	-273.003	-6.200	-172.202	-273.002	-6.200
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	-109.931	-293.426	-107.204	-109.931	-293.426	-107.204
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.682.093	2.846.348	2.274.308	1.682.093	2.846.348	2.274.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	4.079.781	-137.798		19.561.380
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-144.695		-144.695
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO		5.557				5.557
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO					-4.813	-4.813
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-11.878			11.878	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.846.348	2.846.348
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			142.317		-142.317	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)			237.356		-237.356	
Juros sobre o capital próprio propostos					-552.065	-552.065
Dividendos propostos					-313.766	-313.766
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	15.154.802	458.274	4.459.454	-282.493	1.607.909	21.397.946
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	478.318	2.652.206	-167.298		15.436.950
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				159.177		159.177
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	287.256					287.256
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 19 (a))	1.702.155					1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	210.589					210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO		7.195				7.195
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO					-5.422	-5.422
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-13.554			13.554	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.274.308	2.274.308
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					-1.002.482	-1.002.482
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					-371.181	-371.181
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			113.715		-113.715	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)			180.675		-180.675	
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)			-1.002.482		1.002.482	
Juros sobre o capital próprio propostos					-428.819	-428.819
Dividendos propostos					-68.193	-68.193
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	14.673.724	471.959	1.944.114	-8.121	1.119.857	18.201.533

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA Individual			CAIXA Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	3.344.595	5.812.412	7.138.763	3.345.090	5.827.241	6.909.136
Lucro Líquido	1.682.093	2.846.348	2.274.308	1.682.093	2.846.348	2.274.308
Ajustes ao Lucro Líquido:	1.662.502	2.966.064	4.864.455	1.662.997	2.980.893	4.634.828
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(451.505)	(1.359.779)	(88.762)	(451.505)	(1.359.779)	(88.762)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.953.830	3.634.996	2.975.824	1.953.830	3.634.996	2.975.824
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	208.298	135.960	250.201	208.298	135.960	250.201
Depreciações e Amortizações	230.152	419.930	374.765	230.152	419.930	374.765
Impostos Diferidos	(797.332)	(1.027.468)	(659.796)	(797.332)	(1.027.468)	(659.796)
Despesas com provisões para causas judiciais	240.134	382.313	128.051	240.134	382.313	128.051
Resultado de Participação em Coligadas	(82.924)	(152.975)	(101.610)	(82.429)	(138.146)	(30.098)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	361.849	933.087	1.985.782	361.849	933.087	1.684.643
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(12.579.582)	16.774.565	24.112.597	(12.258.403)	17.557.456	24.173.790
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(23.067)	(98.537)	201.687	(23.067)	(98.537)	201.687
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(12.306.224)	(10.432.150)	(9.060.620)	(12.306.224)	(10.432.150)	(9.060.620)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(72.949)	(452.390)	(849.473)	(55.649)	(520.376)	(1.124.253)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(1.157.813)	2.574.149	11.246.577	(1.157.813)	2.574.149	11.246.577
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.689.955)	(5.913.472)	-3.129.012	(3.689.955)	(5.913.472)	-3.129.012
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(228.787)	(221.324)	325.500	(228.787)	(221.324)	325.500
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	118.073	(942.716)	(798.303)	118.073	(942.716)	(798.303)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(28.770.132)	(48.052.057)	(31.149.857)	(28.770.132)	(48.052.057)	(31.149.857)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.151.846)	(794.567)	2.060.353	(2.031.458)	(648.464)	1.985.391
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(3.852)	(34.304)	93.488	(3.852)	(34.304)	93.488
(Redução) Aumento em Depósitos	16.459.179	25.419.740	19.272.507	16.480.033	25.432.638	19.262.289
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	3.329.889	31.079.341	16.411.205	3.499.723	31.733.268	16.199.980
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	5.477.245	9.267.690	4.247.444	5.477.245	9.267.690	4.247.444
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	37	(267)	(792)	37	(267)	(792)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.171.441	15.422.033	13.553.049	9.171.441	15.422.033	13.553.049
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.269.179	(46.604)	1.688.844	1.261.982	(8.655)	2.321.222
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.234.987)	22.586.977	31.251.360	(8.913.313)	23.384.697	31.082.926
Alienação de Investimentos	-	-	-	-	-	-
Alienação de Imobilizado de Uso	1.138	3.236	91.521	1.138	3.236	91.521
Aquisição de Investimentos	-	-	(126.556)	(321.674)	(797.720)	41.878
Aquisição de Imobilizado de Uso	(165.576)	(314.929)	(273.883)	(165.576)	(314.929)	(273.883)
Aquisição de Intangível	(138.208)	(283.899)	(89.744)	(138.208)	(283.899)	(89.744)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(302.646)	(595.592)	(398.662)	(624.320)	(1.393.312)	(230.228)
Adiantamento para antecipação de dividendos	-	-	(110.231)	-	-	(110.231)
Dividendos/remuneração	-	-	(1.002.482)	-	-	(1.002.482)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-	(1.112.713)	-	-	(1.112.713)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.537.633)	21.991.385	29.739.985	(9.537.633)	21.991.385	29.739.985
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	64.154.730	32.625.712	15.496.548	64.154.730	32.625.712	15.496.548
Caixa e Equivalentes no fim do período	54.617.097	54.617.097	45.236.533	54.617.097	54.617.097	45.236.533
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	-9.537.633	21.991.385	29.739.985	-9.537.633	21.991.385	29.739.985
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	8.970.235	18.758.475	15.985.910	8.970.235	18.758.475	15.985.910
Juros recebidos	13.632.260	27.394.683	21.939.237	13.632.260	27.394.683	21.939.237
Dividendos recebidos	130	215	204	7748	7.833	65

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Valor Adicionado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2º trimestre - 2012		1º semestre - 2012		1º semestre - 2011		2º trimestre - 2012		1º semestre - 2012		1º semestre - 2011	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	18.146.464	338,08	35.297.666	337,37	30.621.154	353,70	18.142.162	337,93	35.299.710	337,23	30.683.482	352,94
Intermediação financeira	16.614.506	309,54	32.175.541	307,52	27.570.821	318,47	16.610.204	309,41	32.177.585	307,39	27.633.149	317,85
Prestação de serviços	3.541.850	65,99	6.849.268	65,47	6.136.180	70,88	3.541.849	65,97	6.849.267	65,43	6.136.180	70,58
Provisão p/deved duvidosos - reversão/(constituição)	(1.953.830)	(36,40)	-3.634.996	(34,74)	-2.975.824	-34,37	-1.953.830	-36,39	-3.634.996	-34,73	-2.975.824	-34,23
Resultado Não operacional	(56.062)	(1,04)	-92.147	(0,88)	-110.023	-1,28	-56.061	-1,04	-92.146	-0,88	-110.023	-1,27
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.304.218	154,71	16.734.588	159,94	14.222.041	164,28	8.297.214	154,55	16.713.066	159,66	14.175.315	163,05
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.327.522	80,62	7.833.142	74,87	7.468.624	86,27	4.328.684	80,63	7.837.003	74,87	7.469.700	85,92
Materiais, energia e outros	766.842	14,29	1.476.676	14,11	1.321.295	15,26	767.059	14,29	1.476.893	14,11	1.321.295	15,20
Serviços de terceiros	837.761	15,61	1.638.405	15,66	1.405.652	16,24	838.706	15,62	1.642.049	15,69	1.406.714	16,18
Outras	2.722.919	50,73	4.718.061	45,09	4.741.677	54,77	2.722.919	50,72	4.718.061	45,07	4.741.691	54,54
Outras despesas operacionais - atualização monetária	240.400	4,48	538.812	5,15	671.567	7,76	240.400	4,48	538.812	5,15	671.567	7,72
Outras despesas operacionais - juros	260.764	4,86	495.988	4,74	426.512	4,93	260.764	4,86	495.988	4,74	426.512	4,91
Despesas de contribuição ao SFH	247	0,00	510	0,00	382.080	4,41	247	0,00	510	0,00	382.080	4,39
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	206.495	3,85	396.560	3,79	315.391	3,64	206.495	3,85	396.560	3,79	315.391	3,63
Outras desp. operacionais - benefícios pós-emprego	297.097	5,54	297.097	2,84	281.428	3,25	297.097,00	5,53	297.097	2,84	281.428	3,24
Comissões e tarifas	117.669	2,19	228.144	2,18	223.272	2,58	117.669	2,19	228.144	2,18	223.272	2,57
Despesa de administração de loterias	41.730	0,78	83.745	0,80	97.967	1,13	41.730	0,78	83.745	0,80	97.967	1,13
Demais	1.558.517	29,04	2.677.205	25,58	2.343.460	27,07	1.558.517	29,03	2.677.205	25,58	2.343.474	26,95
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	5.514.724	102,74	10.729.936	102,56	8.930.489	103,16	5.516.264	102,75	10.749.641	102,69	9.038.467	103,96
5. RETENÇÕES	230.152	4,29	419.930	4,01	374.765	4,33	230.152	4,29	419.930	4,01	374.765	4,31
Depreciação, amortização e exaustão	230.152	4,29	419.930	4,01	374.765	4,33	230.152	4,29	419.930	4,01	374.765	4,31
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	5.284.572	98,46	10.310.006	98,55	8.555.724	98,83	5.286.112	98,46	10.329.711	98,68	8.663.702	99,65
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	82.924	1,54	152.975	1,45	101.610	1,17	82.430	1,54	138.147	1,32	30.098	0,35
Resultado da equivalência patrimonial	82.924	1,54	152.975	1,46	101.610	1,17	82.430	1,54	138.147	1,32	30.098	0,35
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	5.367.496	100,00	10.462.981	100,00	8.657.334	100,00	5.368.542	100,00	10.467.858	100,00	8.693.800	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.367.496	100,00	10.462.981	100,00	8.657.334	100,00	5.368.542	100,00	10.467.858	100,00	8.693.800	100,00
Pessoal e encargos	2.828.995	52,71	5.633.416	53,84	4.944.456	57,11	2.829.409	52,70	5.634.172	53,82	4.945.070	56,88
- Salários	2.100.018	39,12	4.108.272	39,26	3.659.201	42,27	2.100.431	39,12	4.109.028	39,25	3.659.815	42,10
- Encargos previdenciários	188.523	3,51	371.787	3,55	325.769	3,76	188.524	3,51	371.787	3,55	325.769	3,75
- Previdência privada	135.211	2,52	267.550	2,56	217.504	2,51	135.211	2,52	267.550	2,56	217.504	2,50
- Benefícios	295.312	5,50	592.381	5,66	634.778	7,33	295.312	5,49	592.381	5,66	634.778	7,30
- Participação nos resultados	109.931	2,05	293.426	2,80	107.204	1,24	109.931	2,05	293.426	2,80	107.204	1,23
Impostos, taxas e contribuições	648.628	12,08	1.541.025	14,73	1.080.504	12,47	649.260	12,09	1.545.146	14,76	1.116.356	12,84
- Federais	547.448	10,19	1.310.515	12,53	863.096	9,97	547.708	10,20	1.314.264	12,56	898.948	10,34
- Municipais	101.180	1,89	230.510	2,20	217.408	2,51	101.552	1,89	230.882	2,21	217.408	2,50
Aluguéis	207.780	3,87	442.192	4,24	358.066	4,14	207.780	3,87	442.192	4,22	358.066	4,12
Juros sobre capital próprio e dividendos	587.319	10,94	865.831	8,28	497.012	5,74	587.319	10,94	865.831	8,27	497.012	5,72
Lucros retidos	1.094.774	20,40	1.980.517	18,93	1.777.296	20,54	1.094.774	20,39	1.980.517	18,92	1.777.296	20,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	9
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	11
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	20
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	21
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	22
Nota 7 – Relações interfinanceiras	32
Nota 8 – Carteira de Crédito	34
Nota 9 – Outros créditos	44
Nota 10 – Outros valores e bens.....	47
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	47
Nota 12 – Imobilizado de uso.....	53
Nota 13 – Intangível	54
Nota 14 – Depósitos.....	55
Nota 15 – Captações no mercado aberto	60
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	61
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais.....	62
Nota 18 – Outras obrigações	63
Nota 19 – Patrimônio líquido	69
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL).....	70
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	75
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	75
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	76
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	77
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	77
Nota 26 – Outras receitas operacionais	78
Nota 27 – Outras despesas operacionais	78
Nota 28 – Resultado não operacional	79
Nota 29 – Despesas tributárias	79
Nota 30 – Provisões	80
Nota 31 – Partes relacionadas	83
Nota 32 – Benefícios a empregados	85
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	97
Nota 34 – Outras informações	109



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, Totalmente integralizado pela CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto geral

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas informações contábeis.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA.

A aprovação das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 08 de agosto de 2012.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As informações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das informações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira e as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos de curto prazo.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As cessões de créditos realizadas até 31 de dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘depreciação e amortização’, em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceda, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Total de Disponibilidades (caixa)	4.371.999	4.942.335	3.811.724
Disponibilidade em moeda nacional	4.309.733	4.885.929	3.744.641
Disponibilidade em moeda estrangeira	62.266	56.406	67.083
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	50.245.098	27.683.377	41.424.809
Total	54.617.097	32.625.712	45.236.533

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	5.404.386	-	5.404.386	8.469.148	5.362.511
Letras Financeiras do Tesouro	428.240	-	428.240	7.551.669	1.545.556
Letras do Tesouro Nacional	975.721	-	975.721	805.109	200
Notas do Tesouro Nacional	4.000.425	-	4.000.425	112.370	3.816.755
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	44.840.712	-	44.840.712	19.214.229	36.062.298
Letras Financeiras do Tesouro	10.479.489	-	10.479.489	19.214.229	29.327.030
Letras do Tesouro Nacional	9.859.668	-	9.859.668	-	3.002.027
Notas do Tesouro Nacional	24.501.555	-	24.501.555	-	3.733.241
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.558.425	603.702	2.162.127	2.063.590	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.558.425	603.748	2.162.173	2.063.665	-
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(46)	(46)	(75)	-
Total	51.803.523	603.702	52.407.225	29.746.967	41.424.809
Ativo circulante	51.803.523	603.702	52.407.225	29.746.967	41.424.809
Ativo não circulante	-	-	-	-	-

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Rendas de aplicações no mercado aberto	1.294.934	2.865.084	2.319.946
Posição bancada	202.689	619.020	801.266
Posição financiada	1.092.245	2.246.064	1.518.680
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	37.377	89.304	6.734
Total	1.332.311	2.954.388	2.326.680



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados				Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central	
Títulos Públicos – Brasil	80.947.728	40.460.651	1.024.434	-	988	122.433.801
Letras Financeiras do Tesouro	3.675.985	5.807.957	4.491	-	-	9.488.433
Letras do Tesouro Nacional	51.792.303	14.153.123	44.540	-	-	65.989.966
Notas do Tesouro Nacional	24.549.974	20.499.571	975.403	-	988	46.025.936
Tesouro Nacional/ Securitização	929.466	-	-	-	-	929.466
Títulos - Empresas	5.269.789	11.676	-	-	-	5.281.465
Debêntures	2.706.798	11.676	-	-	-	2.718.474
Cotas de Fundos	35.036	-	-	-	-	35.036
Certificado de Recebíveis Imobiliários	599.283	-	-	-	-	599.283
Ações	1.928.672	-	-	-	-	1.928.672
30/06/2012	86.217.517	40.472.327	1.024.434	-	988	127.715.266
31/12/2011	81.764.241	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	119.404.875
30/06/2011	80.609.730	26.105.359	770.411	-	1.228	107.486.728



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados				Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central	
Títulos Públicos – Brasil	80.947.728	40.460.651	1.024.434	-	988	122.433.801
Letras Financeiras do Tesouro	3.675.985	5.807.957	4.491	-	-	9.488.433
Letras do Tesouro Nacional	51.792.303	14.153.123	44.540	-	-	65.989.966
Notas do Tesouro Nacional	24.549.974	20.499.571	975.403	-	988	46.025.936
Tesouro Nacional/ Securitização	929.466	-	-	-	-	929.466
Títulos - Empresas	5.670.880	11.676	-	-	-	5.682.556
Debêntures	2.706.798	11.676	-	-	-	2.718.474
Cotas de Fundos	35.241	-	-	-	-	35.241
Certificado de Recebíveis Imobiliários	599.283	-	-	-	-	599.283
Ações	2.329.558	-	-	-	-	2.329.558
30/06/2012	86.618.608	40.472.327	1.024.434	-	988	128.116.357
31/12/2011	82.097.346	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	119.737.980
30/06/2011	80.884.510	26.105.359	770.411	-	1.228	107.761.508



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL										
Posição em 30/06/2012	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 - 90	91 - 180	181 - 360	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	121.231.767	1.358.658	(156.624)	122.433.801	127.740.141	-	29.228.718	1.751.210	23.622.508	67.831.365
Letras Financeiras do Tesouro	9.486.268	2.070	95	9.488.433	9.492.343	-	3.332.926	-	1.464.876	4.690.631
Letras do Tesouro Nacional	64.676.534	1.313.432	-	65.989.966	66.514.672	-	14.415.536	1.751.210	11.581.893	38.241.327
Notas do Tesouro Nacional	45.979.684	43.156	3.096	46.025.936	50.803.789	-	11.480.256	-	10.575.739	23.969.941
Tesouro Nacional/Securitização	1.089.281	-	(159.815)	929.466	929.337	-	-	-	-	929.466
Títulos - Empresas	5.999.029	1.121	(718.685)	5.281.465	5.307.805	1.963.708	88.325	-	45.597	3.183.835
Debêntures	2.733.528	864	(15.918)	2.718.474	2.718.474	-	88.325	-	45.597	2.584.552
Cotas de Fundos	35.036	-	-	35.036	35.036	35.036	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	612.542	257	(13.516)	599.283	625.623	-	-	-	-	599.283
Ações	2.617.923	-	(689.251)	1.928.672	1.928.672	1.928.672	-	-	-	-
Total - TVM	127.230.796	1.359.779	(875.309)	127.715.266	133.047.946	1.963.708	29.317.043	1.751.210	23.668.105	71.015.200
Para negociação	64.216.507	1.359.779	-	65.576.286	65.576.286	25.936	16.178.996	1.751.210	16.512.072	31.108.072
Disponíveis para Venda	6.922.240	-	(875.309)	6.046.931	6.046.931	1.937.772	81.530	-	20.473	4.007.156
Mantidos até o Vencimento	56.092.049	-	-	56.092.049	61.424.729	-	13.056.517	-	7.135.560	35.899.972

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados com ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/01.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Posição em 30/06/2012	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 - 90	91 - 180	181 - 360	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	121.231.767	1.358.658	(156.624)	122.433.801	127.740.141	-	29.228.718	1.751.210	23.622.508	67.831.365
Letras Financeiras do Tesouro	9.486.268	2.070	95	9.488.433	9.492.343	-	3.332.926	-	1.464.876	4.690.631
Letras do Tesouro Nacional	64.676.534	1.313.432	-	65.989.966	66.514.672	-	14.415.536	1.751.210	11.581.893	38.241.327
Notas do Tesouro Nacional	45.979.684	43.156	3.096	46.025.936	50.803.789	-	11.480.256	-	10.575.739	23.969.941
Tesouro Nacional/Securitização	1.089.281	-	(159.815)	929.466	929.337	-	-	-	-	929.466
Títulos - Empresas	6.103.113	1.121	(421.678)	5.682.556	5.708.896	2.364.799	88.325	-	45.597	3.183.835
Debêntures	2.733.528	864	(15.918)	2.718.474	2.718.474	-	88.325	-	45.597	2.584.552
Cotas de Fundos	35.241	-	-	35.241	35.241	35.241	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	612.542	257	(13.516)	599.283	625.623	-	-	-	-	599.283
Ações	2.721.802	-	(392.244)	2.329.558	2.329.558	2.329.558	-	-	-	-
Total - TVM	127.334.880	1.359.779	(578.302)	128.116.357	133.449.037	2.364.799	29.317.043	1.751.210	23.668.105	71.015.200
Para negociação	64.216.507	1.359.779	-	65.576.286	65.576.286	25.936	16.178.996	1.751.210	16.512.072	31.108.072
Disponíveis para Venda	7.026.324	-	(578.302)	6.448.022	6.448.022	2.338.863	81.530	-	20.473	4.007.156
Mantidos até o Vencimento	56.092.049	-	-	56.092.049	61.424.729	-	13.056.517	-	7.135.560	35.899.972

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados com ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/01.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO														
Descrição	30/06/2012							31/12/2011			30/06/2011			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	16.172.201	1.751.210	16.486.948	31.088.378	64.140.079	1.358.658	65.498.737	54.416.592	642.451	55.059.043	46.690.895	(88.118)	46.602.777
LFT	-	1.756.665	-	1.437.448	1.413.616	4.605.659	2.070	4.607.729	4.549.108	(531)	4.548.577	7.052.307	(810)	7.051.497
LTN	-	14.415.536	1.751.210	11.581.893	29.674.762	56.109.969	1.313.432	57.423.401	39.031.724	617.583	39.649.307	32.698.315	(62.361)	32.635.954
NTN	-	-	-	3.467.607	-	3.424.451	43.156	3.467.607	10.835.760	25.399	10.861.159	6.940.273	(24.947)	6.915.326
Títulos – Empresas	25.936	6.795	-	25.124	19.694	76.428	1.121	77.549	83.554	1.538	85.092	78.840	(644)	78.196
Debêntures	-	6.795	-	25.124	13.390	44.445	864	45.309	53.840	1.427	55.267	53.675	(53)	53.622
Cotas de Fundos	25.936	-	-	-	-	25.936	-	25.936	22.877	-	22.877	18.612	-	18.612
Certif.Recebíveis imobiliários	-	-	-	-	6.304	6.047	257	6.304	6.837	111	6.948	6.553	(591)	5.962
Total	25.936	16.178.996	1.751.210	16.512.072	31.108.072	64.216.507	1.359.779	65.576.286	54.500.146	643.989	55.144.135	46.769.735	(88.762)	46.680.973

* Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2012							31/12/2011			30/06/2011			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	-	1.052.144	1.208.768	(156.624)	1.052.144	1.024.891	(139.832)	885.059	187.801	2.629	190.430
LFT	-	-	-	-	116.463	116.368	95	116.463	152.665	183	152.848	183.429	360	183.789
NTN	-	-	-	-	7.408	4.312	3.096	7.408	4.187	2.329	6.516	4.117	2.261	6.378
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279	255	8	263
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	928.273	1.088.088	(159.815)	928.273	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Títulos – Empresas	1.937.772	81.530	-	20.473	2.955.012	5.713.472	(718.685)	4.994.787	5.123.071	(413.589)	4.709.482	2.598.403	(197.326)	2.401.077
Debêntures	-	81.530	-	20.473	2.571.162	2.689.083	(15.918)	2.673.165	2.035.109	(4.998)	2.030.111	281.647	5.655	287.302
Cotas de Fundos	9.100	-	-	-	-	9.100	-	9.100	7.864	-	7.864	9.931	-	9.931
Certif.Recebíveis imobiliários	-	-	-	-	383.850	397.366	(13.516)	383.850	452.165	(32.894)	419.271	159.971	(6.801)	153.170
Ações	1.928.672	-	-	-	-	2.617.923	(689.251)	1.928.672	2.627.933	(375.697)	2.252.236	2.146.854	(196.180)	1.950.674
Total	1.937.772	81.530	-	20.473	4.007.156	6.922.240	(875.309)	6.046.931	6.147.962	(553.421)	5.594.541	2.786.204	(194.697)	2.591.507

* Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2012								31/12/2011			30/06/2011		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	-	1.052.144	1.208.768	(156.624)	1.052.144	1.024.891	(139.832)	885.059	187.801	2.629	190.430
LFT	-	-	-	-	116.463	116.368	95	116.463	152.665	183	152.848	183.429	360	183.789
NTN	-	-	-	-	7.408	4.312	3.096	7.408	4.187	2.329	6.516	4.117	2.261	6.378
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279	255	8	263
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	928.273	1.088.088	(159.815)	928.273	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Títulos – Empresas	2.338.863	81.530	-	20.473	2.955.012	5.817.556	(421.678)	5.395.878	5.220.714	(178.127)	5.042.587	2.873.183	(197.326)	2.675.857
Debêntures	-	81.530	-	20.473	2.571.162	2.689.083	(15.918)	2.673.165	2.035.109	(4.998)	2.030.111	281.647	5.655	287.302
Cotas de Fundos	9.305	-	-	-	-	9.305	-	9.305	7.864	-	7.864	9.931	-	9.931
Certif.Recebíveis imobiliários	-	-	-	-	383.850	397.366	(13.516)	383.850	452.165	(32.894)	419.271	159.971	(6.801)	153.170
Ações	2.329.558	-	-	-	-	2.721.802	(392.244)	2.329.558	2.725.576	(140.235)	2.585.341	2.421.634	(196.180)	2.225.454
Total	2.338.863	81.530	-	20.473	4.007.156	7.026.324	(578.302)	6.448.022	6.245.605	(317.959)	5.927.646	3.060.984	(194.697)	2.866.287

* Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Sem vencimento	30/06/2012				31/12/2011		30/06/2011			
		01 a 90 Dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	13.056.517	-	7.135.560	35.690.843	55.882.920	61.189.260	58.468.961	61.037.797	58.186.936	58.827.563
LFT	-	1.576.261	-	27.428	3.160.552	4.764.241	4.768.151	4.552.399	4.552.233	5.253.375	5.252.905
LTN	-	-	-	-	8.566.565	8.566.565	9.091.271	4.765.860	4.844.966	87.369	87.293
NTN	-	11.480.256	-	7.108.132	23.962.533	42.550.921	47.328.774	49.149.472	51.639.564	52.682.098	53.352.310
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	1.193	1.193	1.064	1.230	1.034	164.094	135.055
Títulos - Empresas	-	-	-	-	209.129	209.129	235.469	197.238	207.784	27.312	27.553
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	209.129	209.129	235.469	197.238	207.784	27.312	27.553
Total	-	13.056.517	-	7.135.560	35.899.972	56.092.049	61.424.729	58.666.199	61.245.581	58.214.248	58.855.116

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Operações compromissadas	1.294.934	2.865.084	2.319.946
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.965.490	3.570.423	2.123.668
Ativos financeiros disponíveis para venda	127.455	225.889	(116.207)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.527.486	3.083.443	4.119.084
Outros	37.306	90.126	6.734
Total	4.952.671	9.834.965	8.453.225

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&FBovespa, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "*swap*" em 30/06/2012 é de R\$ 39 (30/06/2011 - R\$ 77).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 51.490.307 (30/06/2011 - R\$ 32.800.964). O diferencial a pagar de *swap* nessa data monta R\$ 560 (30/06/2011 - R\$ 852).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	30/06/2012				31/12/2011				30/06/2011			
	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda	51.490.307	-	-	51.490.307	46.132.605	-	-	46.132.605	32.800.964	-	-	32.800.964
Moeda estrangeira	19.230	-	-	19.230	16.920	-	-	16.920	14.139	-	-	14.139
Índices	51.471.077	-	-	51.471.077	46.115.685	-	-	46.115.685	32.786.825	-	-	32.786.825
Contratos swaps	-	560	-	560	-	827	-	827	-	852	-	852
Posição Passiva	-	560	-	560	-	827	-	827	-	852	-	852
Pós-Fixados	-	560	-	560	-	827	-	827	-	852	-	852

* Conta de compensação valor referencial

** Valor patrimonial a receber/pagar

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2012				31/12/2011	30/06/2011	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida							
BM&FBovespa	12.608.973	682.123	14.317.825	23.862.156	51.471.077	32.600.598	
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida							
BM&FBovespa	19.230	-	-	-	19.230	14.139	
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada							
BM&FBovespa	-	-	-	-	-	186.227	



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2° trimestre 2012	1° semestre 2012	1° semestre 2011
Swap	(37)	(41)	21
Futuro	(546.856)	(903.980)	(36.846)
Total	(546.893)	(904.021)	(36.825)

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados a prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Títulos públicos	1.024.434	1.059.043	770.411
Notas do Tesouro Nacional	975.404	1.013.889	727.029
Letras do Tesouro Nacional	44.540	40.864	39.326
Letras Financeiras do Tesouro	4.490	4.290	4.056

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.539.161	4.714.065	4.049.227
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	32.123.957	29.894.553	27.139.434
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	5.855.744	4.947.623	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	24.566.635	22.615.784	25.867.742
Total		68.085.497	62.172.025	57.056.403

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a. a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	Total Crédito	Provisão	Crédito Liq. de Provisão	Total Crédito	Provisão	Crédito Liq. de Provisão	Crédito Liq. de Provisão
FGTS a ressarcir	99.472	-	99.472	110.717	-	110.717	166.891
FCVS a receber	21.448.511	(3.020.919)	18.427.592	21.179.699	(2.956.500)	18.223.199	20.771.756
Não habilitados (1)	1.575.606	(361.652)	1.213.954	2.115.215	(406.454)	1.708.761	1.908.150
Habilitados e não homologados (2)	6.278.178	(2.411.767)	3.866.411	6.047.503	(2.256.113)	3.791.390	3.621.002
Habilitados e homologados (3)	13.594.727	(247.500)	13.347.227	13.016.981	(293.933)	12.723.048	15.242.604
Total	21.547.983	(3.020.919)	18.527.064	21.290.416	(2.956.500)	18.333.916	20.938.647

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7938 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 888.860.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Créditos vinculados ao BACEN	1.107.762	2.316.654	2.256.355
Créditos vinculados ao SFH	326.391	705.678	1.064.367
Total	1.434.153	3.022.332	3.320.722

Nota 8 – Carteira de Crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Operações de Crédito	297.600.833	249.548.776	205.853.006
Empréstimos e títulos descontados	81.783.018	62.593.560	52.034.962
Financiamentos	17.412.562	17.156.734	11.714.207
Financiamentos imobiliários	177.242.564	152.870.586	129.314.290
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	21.162.689	16.927.896	12.789.547
Outros Créditos c/ características de concessão de crédito (Nota 9 d)	5.057.517	3.341.523	2.707.029
Cartão de crédito (1)	3.531.336	3.287.162	2.650.753
Créditos por avais e fianças honradas	35.400	32.142	33.540
Devedores por compra de valores e bens	17.690	17.142	16.122
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	1.473.091	5.077	6.614
Total da Carteira de Crédito	302.658.350	252.890.299	208.560.035
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.706.332)	(15.837.093)	(13.141.161)
Provisão para operações de crédito	(17.570.044)	(15.701.121)	(13.034.763)
Provisão para outros créditos (Nota 9 (d))	(136.288)	(135.972)	(106.398)
Total da Carteira de Crédito Líquida de Provisões	284.952.018	237.053.206	195.418.874

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Empréstimos e títulos descontados	4.245.728	2.977.437	2.658.513	7.396.245	11.452.175	44.862.238	73.592.336	55.918.909	46.123.091
Financiamentos	969.269	257.480	252.712	710.004	1.284.509	11.514.281	14.988.255	15.333.851	9.993.647
Financiamentos imobiliários	2.065.167	1.556.041	1.552.283	4.657.095	9.194.136	115.790.123	134.814.845	114.740.533	99.661.333
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.641.471	122.004	122.002	365.916	730.150	17.771.802	20.753.345	16.696.155	12.731.091
Outros Créditos	1.727.386	714.608	464.825	643.579	408.183	1.058.417	5.016.998	3.305.285	2.670.568
30/06/2012	10.649.021	5.627.570	5.050.335	13.772.839	23.069.153	190.996.861	249.165.779	-	-
31/12/2011	6.424.195	3.359.301	2.876.243	7.864.819	13.665.225	171.804.950	-	205.994.733	-
30/06/2011	7.144.621	4.130.048	3.701.558	9.926.253	16.354.731	129.922.519	-	-	171.179.730

(a.3) Curso anormal – parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Empréstimos e títulos descontados	192.261	166.592	162.836	458.250	803.078	3.195.158	4.978.175	829.669	3.697.253
Financiamentos	30.522	27.874	26.725	73.948	124.238	644.105	927.412	98.805	782.197
Financiamentos imobiliários	754.627	437.811	437.416	1.329.877	2.608.617	34.916.058	40.484.406	36.407.570	28.556.900
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.086	3.011	3.011	9.033	18.066	348.645	384.852	229.725	57.393
Outros Créditos	10.653	289	107	315	577	4.856	16.797	14.003	13.272
30/06/2012	991.149	635.577	630.095	1.871.423	3.554.576	39.108.822	46.791.642	-	-
31/12/2011	693.208	422.414	421.944	1.269.058	2.523.137	32.250.011	-	37.579.772	-
30/06/2011	699.608	505.329	500.741	1.481.298	2.811.758	27.108.281	-	-	33.107.015



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Curso anormal – parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Empréstimos e títulos descontados	305.816	460.020	447.107	918.912	1.011.821	68.831	3.212.507	5.844.982	2.214.618
Financiamentos	88.947	164.899	283.185	480.621	470.212	9.031	1.496.895	1.724.078	938.363
Financiamentos imobiliários	577.695	118.816	231.874	471.317	538.942	4.669	1.943.313	1.722.483	1.096.057
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	24.483	1	8	-	-	-	24.492	2.016	1.063
Outros Créditos	6.999	6.166	2.507	3.100	2.721	2.229	23.722	22.235	23.189
30/06/2012	1.003.940	749.902	964.681	1.873.950	2.023.696	84.760	6.700.929	-	-
31/12/2011	4.075.360	1.096.659	777.052	1.567.658	1.650.194	148.871	-	9.315.794	-
30/06/2011	584.604	339.202	576.965	1.247.566	1.396.297	128.656	-	-	4.273.290



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Empréstimos e títulos descontados	16.876.982	27.637.784	18.471.221	9.711.807	4.032.781	1.002.651	664.763	449.392	2.935.637	81.783.018	62.593.560	52.034.962
Financiamentos	6.571.038	4.713.761	2.695.917	1.202.123	742.180	183.894	104.173	73.139	1.126.337	17.412.562	17.156.734	11.714.207
Financiamentos imobiliários	1.754.127	105.584.482	21.624.163	36.113.412	2.014.037	886.935	726.732	605.925	7.932.751	177.242.564	152.870.586	129.314.290
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	8.330.777	6.886.521	2.691.501	2.597.290	651.045	-	272	5.283	-	21.162.689	16.927.896	12.789.547
Outros Créditos	21.853	2.687.482	1.735.081	289.536	215.657	35.734	11.626	6.128	54.420	5.057.517	3.341.523	2.707.029
30/06/2012	33.554.777	147.510.030	47.217.883	49.914.168	7.655.700	2.109.214	1.507.566	1.139.867	12.049.145	302.658.350	-	-
31/12/2011	28.368.953	125.075.674	40.869.853	37.660.518	5.439.823	2.025.849	1.411.542	1.007.996	11.030.091	-	252.890.299	-
30/06/2011	14.369.679	104.976.428	42.217.134	30.196.383	3.945.590	1.562.126	1.130.444	1.008.190	9.154.061	-	-	208.560.035



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2012	31/12/ 2011	30/06/ 2011
01 a 30	2.677.056	4.659.304	1.324.262	1.103.756	530.581	98.171	45.196	19.893	190.802	10.649.021	6.424.195	7.144.621
31 a 60	496.751	2.881.411	1.004.877	738.026	290.340	56.368	25.659	9.665	124.473	5.627.570	3.359.301	4.130.048
61 a 90	418.762	2.625.805	902.962	682.756	232.793	45.439	18.882	8.664	114.272	5.050.335	2.876.243	3.701.558
91 a 180	1.170.716	7.120.943	2.557.467	1.841.794	579.739	107.767	49.501	24.171	320.741	13.772.839	7.864.819	9.926.253
181 a 360	2.262.140	11.346.724	4.576.198	3.270.217	897.896	165.885	69.957	27.735	452.401	23.069.153	13.665.225	16.354.731
Acima de 360	26.039.998	101.066.528	27.195.312	29.886.610	2.764.714	437.404	239.601	170.734	3.195.960	190.996.861	171.804.950	129.922.519
Total	33.065.423	129.700.715	37.561.078	37.523.159	5.296.063	911.034	448.796	260.862	4.398.649	249.165.779	205.994.733	171.179.730



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2012	31/12/ 2011	30/06/ 2011
Parcelas Vencidas	135.413	120.782	311.215	876.329	834.205	530.157	549.060	481.174	2.862.594	6.700.929	9.315.794	4.273.290
01 a 30	134.722	116.514	290.506	207.019	97.764	19.474	12.035	11.198	114.708	1.003.940	4.075.360	584.604
31 a 60	426	4.268	19.558	398.590	134.690	31.390	21.180	11.313	128.487	749.902	1.096.659	339.202
61 a 90	-	-	1.151	178.181	479.789	81.006	42.916	23.755	157.883	964.681	777.052	576.965
91 a 180	-	-	-	92.539	121.735	338.177	417.259	391.801	512.439	1.873.950	1.567.658	1.247.566
181 a 360	-	-	-	-	227	60.110	55.670	43.024	1.864.665	2.023.696	1.650.194	1.396.297
Acima de 360	265	-	-	-	-	-	-	83	84.412	84.760	148.871	128.656
Parcelas Vincendas	353.941	17.688.533	9.345.590	11.514.680	1.525.432	668.023	509.710	397.831	4.787.902	46.791.642	37.579.772	33.107.015
01 a 30	14.815	316863	229987	253434	43541	15513	10739	7810	98447	991.149	693.208	699.608
31 a 60	5.584	218570	137319	144212	36172	12168	7987	5569	67996	635.577	422.414	505.329
61 a 90	5.393	217633	135910	143088	35610	12026	7919	5519	66997	630.095	421.944	500.741
91 a 180	16.117	645584	409867	426045	102667	34863	23224	16301	196755	1.871.423	1.269.058	1.481.298
181 a 360	31.910	1262559	754205	801583	186282	65211	44252	31137	377437	3.554.576	2.523.137	2.811.758
Acima de 360	280.122	15027324	7678302	9746318	1121160	528242	415589	331495	3980270	39.108.822	32.250.011	27.108.281
Total	489.354	17.809.315	9.656.805	12.391.009	2.359.637	1.198.180	1.058.770	879.005	7.650.496	53.492.571	46.895.566	37.380.305



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
SETOR PÚBLICO	23.938.146	21.914.181	15.991.463
Administração Direta	12.555.032	10.646.069	7.551.879
Administração Indireta – Petroquímico	8.164.141	8.184.534	5.663.618
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	2.806.615	2.678.654	2.357.508
Administração Indireta - Outros	412.358	404.924	418.458
SETOR PRIVADO	278.720.204	230.976.118	192.568.572
PESSOA JURÍDICA	58.150.485	44.232.421	34.558.065
Agronegócio e Extrativismo	4.239.697	2.937.364	2.433.504
Petroquímico	1.699.341	2.161.412	1.294.512
Têxtil	1.136.913	933.297	675.285
Siderurgia e Metalurgia	8.411.058	8.178.782	5.830.968
Alimentação	781.114	678.001	653.273
Outras indústrias	2.633.095	1.399.868	1.291.808
Comércio varejista	11.142.217	7.734.217	6.972.597
Comércio atacadista	2.076.261	1.562.609	1.354.235
Construção civil	7.398.107	5.222.021	3.424.056
Serviços financeiros	2.033.551	1.297.962	1.157.948
Energia elétrica	5.813.456	3.731.418	3.270.761
Saneamento e infraestrutura	1.224.357	741.378	569.814
Serviços pessoais	133.151	90.409	79.592
Comunicação	1.252.736	1.119.935	446.447
Transporte	2.326.984	1.841.655	1.011.848
Saúde	1.928.594	1.749.459	1.673.402
Outros serviços	3.919.853	2.852.634	2.418.015
PESSOA FÍSICA	220.569.719	186.743.697	158.010.507
Comercial	58.494.833	48.006.291	40.741.341
Habitacional	162.023.306	138.690.216	117.222.281
Outros	51.580	47.190	46.885
Total	302.658.350	252.890.299	208.560.035



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	30/06/2012			31/12/2011	30/06/2011
	Setor público	Setor privado	Total	Total	Total
Curto prazo	5.763.164	60.088.574	65.851.738	39.519.544	47.455.508
De 0 a 90 dias	4.794.680	18.789.067	23.583.747	14.197.305	16.881.472
De 91 a 360 dias	968.484	41.299.507	42.267.991	25.322.239	30.574.036
Longo prazo	18.171.177	211.934.506	230.105.683	204.054.961	157.030.793
De 1 ano até 3 anos	2.245.362	63.814.732	66.060.094	62.840.906	58.774.412
De 3 anos até 5 anos	3.966.969	53.954.587	57.921.556	57.029.416	41.521.371
De 5 anos até 15 anos	9.205.444	68.482.987	77.688.431	78.666.337	47.665.168
Mais de 15 anos	2.753.402	25.682.200	28.435.602	5.518.302	9.069.842
Total normal	23.934.341	272.023.080	295.957.421	243.574.505	204.486.301
Total vencido	3.805	6.697.124	6.700.929	9.315.794	4.073.734
Total geral	23.938.146	278.720.204	302.658.350	252.890.299	208.560.035

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 5.057.517 (31/12/2011 – R\$ 3.341.523 e 30/06/2011 – R\$ 2.707.029), referente aos “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota 9 (d).

(f) Receitas de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	4.330.351	8.676.473	6.728.947
Financiamentos imobiliários	3.574.539	7.099.720	5.484.063
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	462.730	756.132	470.470
Outros créditos	2.666	5.288	4.762
Total	8.370.286	16.537.613	12.688.242



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/06/2012	%	31/12/2011	%	30/06/2011	%
Principal devedor	8.164.141	2,70	8.184.534	3,24	5.663.617	2,72
10 maiores devedores	29.843.239	9,86	26.257.097	9,92	17.793.753	8,53
20 maiores devedores	36.063.129	11,92	31.826.882	12,03	21.904.021	10,50
50 maiores devedores	45.404.455	15,00	39.309.802	14,89	27.574.617	13,22
100 maiores devedores	51.509.130	17,02	43.894.444	16,68	31.277.623	15,00

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Operações Renegociadas	909.291	1.700.919	1.314.647
Operações Comerciais	671.047	1.266.174	1.030.548
Operações Habitacionais	238.244	434.745	284.099
Operações Recuperadas	126.863	316.401	342.296
Operações Comerciais	76.929	147.619	150.834
Operações Habitacionais	49.934	168.782	191.462

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Saldo inicial	16.603.996	15.837.093	12.347.438
Constituição	3.814.256	5.511.420	3.322.575
Baixas	(1.860.426)	(1.876.423)	(346.751)
Transferência para prejuízo	(851.494)	(1.765.758)	(2.182.101)
Saldo final	17.706.332	17.706.332	13.141.161



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	138.189	23.569	527.922	34.433	13.437	737.550
B	184.712	26.959	216.242	26.915	17.351	472.179
C	291.354	36.064	1.083.402	77.919	8.686	1.497.425
D	403.278	74.218	201.404	65.105	21.566	765.571
E	300.795	55.168	266.081	-	10.720	632.764
F	332.382	52.087	363.366	136	5.813	753.784
G	314.575	51.198	424.147	3.698	4.289	797.907
H	2.935.652	1.126.323	7.932.751	-	54.426	12.049.152
30/06/2012	4.900.937	1.445.586	11.015.315	208.206	136.288	17.706.332
31/12/2011	3.531.676	1.546.939	10.257.225	365.281	135.972	15.837.093
30/06/2011	2.968.207	1.419.926	8.468.812	177.818	106.398	13.141.161

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 136.288 (31/12/2011 – R\$ 135.972 e 30/06/2011 – R\$ 106.398), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota 9 (d).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Créditos por Avais e Finanças Honrados	35.400	32.142	33.540
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	74.406	16.809	92.686
Rendas a Receber	1.712.315	1.630.259	1.277.244
Dividendos e JCP a receber	-	-	112.842
Convênios Setor Privado	83.778	69.861	80.840
Convênios Setor Público	262.425	189.234	150.000
Administração de Fundos de Investimento	71.902	70.193	62.847
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.145.435	1.163.067	701.878
Repasses OGU	148.775	137.904	168.837
Negociação e Intermediação de valores	6.016	128	24.532
Créditos Específicos	649.101	136.123	119.507
Diversos – nota 9 (b)	31.988.922	31.818.420	25.717.301
Provisão para Outros Créditos	(136.288)	(135.972)	(106.398)
Total	34.329.872	33.497.909	27.158.412
Ativo circulante	19.599.667	19.882.210	15.394.559
Ativo não circulante	14.730.205	13.615.699	11.763.853

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Créditos por Avais e Finanças Honrados	35.400	32.142	33.540
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	74.406	16.809	92.686
Rendas a Receber	1.768.705	1.754.233	1.312.159
Dividendos e JCP a receber	56.390	123.973	147.757
Convênios Setor Privado	83.778	69.861	80.840
Convênios Setor Público	262.425	189.234	150.000
Administração de Fundos de Investimento	71.902	70.193	62.847
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.145.435	1.163.067	701.878
Repasses OGU	148.775	137.905	168.837
Negociação e Intermediação de valores	6.016	128	24.532
Créditos Específicos	649.101	136.123	119.507
Diversos – nota 9 (b)	31.992.933	31.818.748	25.739.168
Provisão para Outros Créditos	(136.288)	(135.972)	(106.398)
Total	34.390.273	33.622.211	27.215.194
Ativo circulante	19.660.068	20.006.512	15.451.341
Ativo não circulante	14.730.205	13.615.699	11.763.853



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Créditos tributários - Nota 20	14.792.394	13.611.296	11.801.727	14.792.401	13.611.299	11.801.737
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a(iii)	9.915.313	9.508.716	8.928.212	9.915.313	9.508.716	8.928.212
Adiantamentos e antecipações salariais	339.019	128.439	298.061	339.019	128.439	298.061
Pagamentos a ressarcir	283.431	176.032	165.318	281.838	175.447	164.725
Participações pagas antecipadamente	-	2.768.488	436.469	-	2.768.488	436.469
Impostos e contribuições a compensar	46.804	47.146	144.286	52.401	47.893	166.737
Cartão de crédito (1)	3.582.128	3.330.794	2.705.060	3.582.128	3.330.794	2.705.060
Prêmio em aquisição de carteiras	310.787	245.256	110.856	310.787	245.256	110.856
Seguros a receber	132.327	119.947	85.940	132.327	119.947	85.940
Créditos adquiridos	97.507	94.549	91.186	97.507	94.549	91.185
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	1.485	1.485	1.485	1.485	1.485	1.485
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	439.376	956.363	423.418	439.376	956.363	423.418
Cessão de créditos	1.473.091	5.077	6.614	1.473.091	5.077	6.614
Valores a apropriar (2)	652.075	898.740	592.705	652.075	898.903	592.705
Outros devedores (3)	146.933	149.949	119.003	146.933	149.949	119.003
Provisão para perdas - Diversos (4)	(223.748)	(223.857)	(193.039)	(223.748)	(223.857)	(193.039)
Total	31.988.922	31.818.420	25.717.301	31.992.933	31.818.748	25.739.168
Ativo circulante	17.247.980	18.186.804	13.943.408	17.251.991	18.187.132	13.965.275
Ativo não circulante	14.740.942	13.631.616	11.773.893	14.740.942	13.631.616	11.773.893

(1) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito

(2) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).

(3) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar - ME	20.310	4.624	67.355
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	56.064	12.380	25.811
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(1.968)	(195)	(480)
Ativo circulante	74.406	16.809	92.686
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar - ME	32.570	6.738	5.837
Obrigações por compras de câmbio - MN	43.480	10.264	87.831
Passivo circulante	76.050	17.002	93.668

(c.1) Resultado de operações de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Receitas	145.040	262.516	135.815
Disponibilidade em moeda estrangeira	145.040	262.516	135.815
Despesas	(136.874)	(252.994)	(135.315)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(136.874)	(252.994)	(135.315)
Resultado de câmbio	8.166	9.522	500

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Créditos	5.057.517	3.341.523	2.707.029
Cartão de crédito	3.531.336	3.287.162	2.650.753
Créditos por avais e fianças honrados	35.400	32.142	33.540
Devedores por compra de valores e bens	17.690	17.142	16.122
Direitos a receber de operações de venda/transferências de ativos (1)	1.473.091	5.077	6.614
Provisão (2)	(136.288)	(135.972)	(106.398)
Cartão de crédito	(116.936)	(120.747)	(89.986)
Créditos por avais e fianças honrados	(382)	(10.026)	(11.477)
Devedores por compra de valores e bens	(4.237)	(5.148)	(4.869)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(14.733)	(51)	(66)
Créditos - líquidos de provisão	4.921.229	3.205.551	2.600.631

(1) Créditos adquiridos com coobrigação do Banco Cruzeiro do Sul, Banco BMG e Banco BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Bens não de uso próprio (1)	708.250	703.310	793.160
Imóveis patrimoniais não de uso	111.418	108.327	153.288
Imóveis adjudicados/Arrematados	596.832	594.983	639.872
Despesas antecipadas (2)	395.924	367.378	494.464
Material de consumo	30.676	39.684	35.980
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis	(113.127)	(122.953)	(134.152)
Total	1.021.723	987.419	1.189.452

(1) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(2) O montante relativo à “Desp. antecipadas” refere-se, sobretudo, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Investimentos – CAIXA Individual

A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	2º trimestre 2012	Acumulado 1º sem/2012	Acumulado 1º sem/2011
CAIXAPAR (1)	3.609.134	3.214.258	3.073.078	82.961	152.903	101.572
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (2)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.144	990	833	(37)	72	38
Outros Investimentos	211.453	189.419	75.657	-	-	-
Total	3.824.698	3.407.634	3.152.535	82.924	152.975	101.610

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis das investidas de 31/05/2012.

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Investimentos – CAIXA Consolidado

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa e pelo Banco Panamericano, no qual a CAIXAPAR possui controle conjunto com o Banco BTG Pactual e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	2º trimestre 2012	Acumulado 1º sem/2012	Acumulado 1º sem/2011
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	1.619.506	1.403.825	1.171.285	160.477	237.430	174.126
Banco Panamericano (1)	1.074.552	510.435	635.854	(74.045)	(94.188)	(144.385)
CPM BRAXIS	321.670	-	-	-	-	-
Elo Serviços (1)	12.421	18.277	-	(5.094)	(5.856)	-
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização (1)	6.805	6.858	6.965	1.128	688	317
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (2)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.143	990	833	(37)	72	40
Outros investimentos (2)	211.461	189.419	75.657	-	-	-
Total	3.250.525	2.132.771	1.893.561	82.429	138.146	30.098

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/05/2012.

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Aquisição de participações no Banco Panamericano pela CAIXAPAR

Em 1º de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Nessa data, foi efetuado pagamento parcial de R\$ 517.490.

O Banco Central do Brasil - BACEN manifestou-se favoravelmente ao ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano em 19 de julho de 2010, por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731.

Com a referida manifestação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do saldo remanescente de dezembro de 2009 (R\$ 221.782) e da atualização deste saldo prevista contratualmente (R\$ 12.433), perfazendo um pagamento total no valor de R\$ 234.215.

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 31/12/2010, o saldo contábil relativo ao Banco Panamericano nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR estava assim composto:

Investimento Banco Panamericano em 31/12/2010	
Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
Valor do investimento em 31/12/2010	780.848



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do BACEN manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição das ações do Banco Panamericano não pertencentes à CAIXAPAR.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado:

Resumo da Posição em 30.11.2010	
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	152.762
Recomposição do patrimônio realizada em janeiro de 2011	1.300.000
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano	1.452.762
Participação indireta da Caixa	36,56%
Investimento indireto da Caixa por meio da CAIXAPAR	531.130
Valor pago pela CAIXAPAR para aquisição do investimento	(739.272)
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	(208.142)

O ágio apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864, fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Foi identificado um valor de R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis			
Descrição	Banco Panamericano	Participação da CAIXA*	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor Total	739.770	162.276	

*(líquida dos efeitos tributários)

Recomposição dos saldos – Aquisição Banco Panamericano	
Investimento em 30.11.2010	531.130
(+) Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
(+) Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquidos dos efeitos tributários	162.276
(+)Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
= Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
(+)Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
= Valor do investimento em 31/12/2010	780.848

(c.2) Saldo do Investimento em 30/06/2012

A CAIXA adquiriu créditos comerciais do Banco Panamericano, o que gerou uma receita de R\$ 65.532 neste semestre e um montante acumulado de R\$ 310.787 até 30/06/2012 (31/12/2011 – R\$ 245.255) em favor daquela Instituição. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados.

Investimento Banco Panamericano em 30/06/2012		
Descrição	30.06.2012	31.12.2011
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano (1)	2.866.278	1.227.289
Ajustes para cálculo da participação – aporte CAIXAPAR / BTG (Nota 11 (e))	(1.758.929)	-
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano (sem o aporte)	1.107.349	1.227.289
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (36,56%)	404.847	448.697
Aporte CAIXAPAR (Nota 11 (e))	658.094	-
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano	(114.991)	(89.665)
Investimento	947.950	359.032

(1) PL Panamericano nas demonstrações contábeis de 31/05/2012.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ágio conforme demonstrado no quadro da alocação do preço de compra segue abaixo:

Movimentação do ágio - Panamericano				
Realização	Valor alocado	Amortização 2011	Amortização 2012 - 1ºsem	Líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276	(44.450)	(20.515)	97.311
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864	(9.287)	(4.286)	29.291
Saldo	208.142	(56.739)	(24.801)	126.602

Os saldos registrados na rubrica “Investimentos – Participações em coligadas e controladas” relativos ao investimento no Banco Panamericano, estão assim apresentados:

Posição em 30/06/2012			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Investimento	947.950	359.032	459.650
Ágio líquido na alocação do preço de compra	126.602	151.403	176.204
Total do Investimento	1.074.552	510.435	635.854

(d) Aquisição de participações efetuada pelo Banco Panamericano

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”).

O valor da aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011.

(e) Capitalização no Banco Panamericano

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração do Banco Panamericano e seus acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Instituição, acima do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 1.800.000, mediante a emissão de 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais. O aumento de capital social realizado tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas.

O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Panamericano deliberada em 1º de junho de 2012 e a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também foi deliberado na Assembleia Geral o incremento do dividendo obrigatório do Banco Panamericano dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado da Instituição para o exercício de 2012, e 35% a partir do exercício de 2013, com a respectiva alteração do Estatuto Social.

A CAIXAPAR e o BTG Pactual S.A. são atualmente acionistas titulares de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total do Banco Panamericano. Observada a possibilidade de cessão estabelecida no “Memorando de Entendimentos não vinculante” e através do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, subscreverão o montante mínimo de R\$ 1.335.651 no aumento de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco Panamericano aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R\$ 658.094 mil. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco Panamericano passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012.

(f) Aporte de capital na CAIXAPAR

Em 27 de junho de 2012, visando os investimentos previstos para o ano de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R\$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia.

O aporte possibilitou a CAIXAPAR adquirir 22% de participação no capital social da CPM Braxis Capgemini S.A. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R\$ 200.267 e R\$ 121.403, respectivamente, totalizando R\$ 321.670.

O principal objetivo desta aquisição está pautado na busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA.

Com a aprovação desta operação pelo BACEN em 25/06/2012, a CAIXAPAR tomará as providências para apuração dos valores que possibilitarão a alocação do preço de compra da CPM Braxis Capgemini S.A.

(g) Reorganização societária do Grupo CAIXA Seguros

Em dezembro de 2011, foi implementada a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros que apresenta a Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) como controladora integral da Caixa Consórcios S.A., da Caixa Saúde S.A., da Caixa Seguradora Assessoria e Consultoria Ltda. e da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP).

A Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP) controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. Também controla a Caixa Capitalização S.A com 51% do capital social total.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,92% (31/12/2011 – 16,63% e 30/06/2011 – 14,90%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31/12/2002.

As informações do imobilizado de uso são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item Outras imobilizações de uso que apresenta o montante de R\$ 1.171.870 (31/12/2011 – R\$ 1.079.566 e 30/06/2011 – R\$ 1.075.149) na demonstração consolidada.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis de uso	301.904	(75.523)	226.381	268.091	(59.275)	208.816	178.604
Edificações	248.979	(75.523)	173.456	215.121	(59.275)	155.846	126.600
Terrenos	52.925	-	52.925	52.970	-	52.970	52.004
Reavaliações de imóveis de uso	807.801	(135.073)	672.728	810.437	(123.418)	687.019	700.776
Reavaliações – edificações	590.647	(135.073)	455.574	592.885	(123.418)	469.467	482.426
Reavaliações - terrenos	217.154	-	217.154	217.552	-	217.552	218.350
Outras imobilizações de uso	4.308.168	(3.136.297)	1.171.871	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566	1.075.149
Imobilizações em curso	20.098	-	20.098	10.111	-	10.111	4.944
Inst., móveis e equip. de uso	960.681	(534.297)	426.384	856.752	(499.011)	357.741	318.543
Sistema de comunicação	82.658	(64.359)	18.299	81.660	(62.481)	19.179	19.980
Sistema de proc.de dados	3.010.010	(2.340.257)	669.753	2.862.568	(2.206.725)	655.843	688.431
Sistema de transporte e segurança	234.721	(197.384)	37.337	217.032	(180.340)	36.692	43.251
Total	5.417.873	(3.346.893)	2.070.980	5.106.651	(3.131.250)	1.975.401	1.954.529



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2011	Adições 2012	Baixas 2012	Depreciação 2012	30/06/2012	30/06/2011
Imóveis de uso	208.816	34.502	(601)	(16.336)	226.381	178.604
Edificações	155.846	34.453	(507)	(16.336)	173.456	126.600
Terrenos	52.970	49	(94)		52.925	52.004
Reavaliações de imóveis de uso	687.019	381	(2.636)	(12.036)	672.728	700.776
Reavaliações - edificações	469.467	381	(2.238)	(12.036)	455.574	482.426
Reavaliações - terrenos	217.552		(398)		217.154	218.350
Outras imobilizações de uso	1.079.566	280.046	-	(187.741)	1.171.871	1.075.149
Imobilizações em curso	10.111	9.987	-	-	20.098	4.944
Inst., móveis e equip. de uso	357.741	103.930	-	(35.287)	426.384	318.543
Sistema de comunicação	19.179	999	-	(1.879)	18.299	19.980
Sistema de proc.de dados	655.843	147.441	-	(133.531)	669.753	688.431
Sistema de transp./segurança	36.692	17.689	-	(17.044)	37.337	43.251
Total	1.975.401	314.929	(3.237)	(216.113)	2.070.980	1.954.529

Nota 13 – Intangível

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	30/06/2012			Custo	31/12/2011			30/06/2011
	Custo	Amortização o Acumulada	Intangível Líquido		Amortização o Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido	
Aquisição de folha de pagamento	2.240.641	(607.543)	1.633.098	2.109.217	(478.614)	1.630.603	807.691	
Outros ativos intangíveis	324.200	(8.245)	315.955	324.200	(1.089)	323.111	318.400	
Projetos logiciais - Software	218.091	(49.991)	168.100	150.562	(32.217)	118.345	89.591	
Total	2.782.932	(665.779)	2.117.153	2.583.979	(511.920)	2.072.059	1.215.682	

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2011	30/06/2012					30/06/2011
	Intangível Líquido	Movimentação					Intangível Líquido
		Adições	Baixas	Valor recuperável de ativos	Amortizações	Intangível	
Aquisição de folha de pagamento	1.630.603	216.371	(49.108)	-	(164.768)	1.633.098	807.691
Outros ativos intangíveis	323.111	-	-	-	(7.156)	315.955	318.400
Projetos logiciais - Software	118.345	67.528	-	-	(17.773)	168.100	89.591
Total	2.072.059	283.899	(49.108)	-	(189.697)	2.117.153	1.215.682

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores a edição dessa resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. O valor apresentado na Nota 25, item “depreciação e amortização” está acrescido de R\$ 14.120 (R\$ 31.273 – 1º semestre de 2011) relativo à amortização de ativos diferidos no período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Depósitos à vista – sem remuneração	23.970.198	22.943.005	20.723.672	23.970.189	22.943.003	20.723.599
Pessoas físicas	9.467.415	9.054.422	7.884.046	9.467.415	9.054.422	7.884.046
Pessoas jurídicas	11.992.114	11.197.725	10.306.007	11.992.105	11.197.723	10.305.934
Vinculados	1.080.560	978.871	1.020.167	1.080.560	978.871	1.020.167
Governo	911.967	1.344.704	1.035.699	911.967	1.344.704	1.035.699
Moedas estrangeiras	1.397	1.642	29.219	1.397	1.642	29.219
Instituições do sistema financeiro	28.948	28.038	19.311	28.948	28.038	19.311
Entidades públicas	431.436	287.650	385.181	431.436	287.650	385.181
Outros	56.361	49.953	44.042	56.361	49.953	44.042
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	161.923.834	150.362.663	136.291.566	161.923.834	150.362.663	136.291.566
Pessoas físicas	159.020.233	148.003.373	133.927.588	159.020.233	148.003.373	133.927.588
Pessoas jurídicas	2.900.747	2.356.350	2.361.042	2.900.747	2.356.350	2.361.042
Vinculados	2.854	2.940	2.936	2.854	2.940	2.936
Depósitos interfinanceiros	7.299.052	5.103.608	2.292.910	7.299.052	5.103.608	2.292.910
Depósitos a prazo	80.708.476	68.182.778	65.062.048	80.703.446	68.164.843	65.045.197
Remuneração prefixada	26.256.835	13.551.644	1.040.626	26.251.805	13.533.709	1.023.775
Depósitos a prazo em moeda nacional	26.256.835	13.551.644	1.040.626	26.251.805	13.533.709	1.023.775
Remuneração pós-fixada	54.451.641	54.631.134	64.021.422	54.451.641	54.631.134	64.021.422
Depósitos a prazo em moeda nacional	21.396.115	25.663.864	36.175.499	21.396.115	25.663.864	36.175.499
Depósitos judiciais com remuneração	33.055.526	28.967.270	27.845.923	33.055.526	28.967.270	27.845.923
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.365.155	13.254.921	9.995.010	11.365.155	13.254.921	9.995.010
Sem remuneração	199.965	179.280	163.769	199.965	179.280	163.769
Remuneração prefixada	387.040	358.379	353.886	387.040	358.379	353.886
Remuneração pós-fixada	10.778.150	12.717.262	9.477.355	10.778.150	12.717.262	9.477.355
Outras captações – sem remuneração	-	-	96.303	-	-	96.303
Total	285.266.715	259.846.975	234.461.509	285.261.676	259.829.038	234.444.585
Passivo circulante	259.728.726	248.023.653	233.524.490	259.723.687	248.005.716	233.507.566
Passivo não circulante	25.537.989	11.823.322	937.019	25.537.989	11.823.322	937.019



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL						CAIXA CONSOLIDADO				
	Sem vencimento	Prazo exigibilidade (2012)					31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
		01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	30/06/2012					
Depósitos à Vista	23.970.198	-	-	-	-	23.970.198	22.943.005	20.723.672	23.970.189	22.943.003	20.723.599
Depósitos de Poupança	161.923.834	-	-	-	-	161.923.834	150.362.663	136.291.566	161.923.834	150.362.663	136.291.566
Depósitos Interfinanceiros	-	7.202.370	90.295	3.694	2.693	7.299.052	5.103.608	2.292.910	7.299.052	5.103.608	2.292.910
Depósitos a prazo	49.101.220	1.319.145	4.756.509	17.331.480	8.200.122	80.708.476	68.182.778	65.062.048	80.703.446	68.164.843	65.045.197
Depósitos Judiciais	33.055.526	-	-	-	-	33.055.526	28.967.269	27.845.923	33.055.526	28.967.270	27.845.923
Aplicações	16.045.694	1.319.145	4.756.509	17.331.480	8.200.122	47.652.950	39.215.509	37.216.125	47.647.920	39.197.573	37.199.274
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.365.155	-	-	-	-	11.365.155	13.254.921	9.995.010	11.365.155	13.254.921	9.995.010
Outras depósitos	-	-	-	-	-	-	-	96.303	-	-	96.303
Total	246.360.407	8.521.515	4.846.804	17.335.174	8.202.815	285.266.715	259.846.975	234.461.509	285.261.676	259.829.038	234.444.585



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Depósitos de Poupança	(2.367.589)	(4.846.793)	(4.540.646)	(2.367.589)	(4.846.793)	(4.540.646)
Depósitos Interfinanceiros	(156.948)	(283.306)	(147.957)	(156.948)	(283.306)	(147.957)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(935.253)	(1.944.214)	(1.839.315)	(934.757)	(1.943.277)	(1.838.679)
Depósitos judiciais	(389.973)	(774.147)	(689.499)	(389.973)	(774.147)	(689.499)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(228.104)	(443.040)	(441.006)	(228.104)	(443.040)	(441.006)
Outras captações	(90.496)	(177.101)	(147.682)	(90.495)	(177.100)	(147.682)
Total	(4.168.363)	(8.468.601)	(7.806.105)	(4.167.866)	(8.467.663)	(7.805.469)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Depósitos - FGTS	4.318.141	6.994.769	3.188.999
Depósitos - Especiais com remuneração	1.476.673	1.357.053	1.306.288
Depósitos - FAT (d.2)	2.352.294	2.663.815	2.879.605
Depósitos - FISANE	7.705	7.465	7.203
Depósitos - PRODEC	45.777	44.429	42.748
Depósitos - PIS	291.789	195.571	44.746
Depósitos - FGS	147.569	71.158	22.651
Depósitos - FAR	658.605	324.035	508.935
Depósitos - FDS	469.332	516.474	545.794
Depósitos - Pró-frota pesqueira	57.563	56.167	53.111
Depósitos - FAS	2.242	4.857	2.130
Depósitos - PREVHAB	469.384	451.336	428.954
Saúde CAIXA	199.965	179.279	163.769
Outros	868.116	388.513	800.077
Total	11.365.155	13.254.921	9.995.010
Passivo circulante	11.365.155	13.254.921	9.995.010
Passivo não circulante	-	-	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Depósitos - FGTS	Selic	(122.045)	(219.025)	(191.727)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(36.767)	(76.378)	(88.802)
Depósitos - FISANE	TR	(117)	(241)	(245)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(734)	(1.530)	(1.572)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(13.168)	(24.854)	(31.494)
Depósitos - FIEL	TR PRE + Juros 0,50% a.m.	-	-	(205)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(1.673)	(3.660)	(940)
Depósitos - FAR	Selic	(6.897)	(18.137)	(13.920)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(11.497)	(24.174)	(30.796)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(4.944)	(10.555)	(9.133)
Depósitos - FAS	TR	(3)	(8)	(19)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(10.614)	(22.805)	(24.918)
Depósitos - Caução	TR	(634)	(1.682)	(2.780)
Depósitos - FCA	Extra mercado	(5.003)	(10.568)	(9.793)
Outros		(14.008)	(29.423)	(34.662)
Total		(228.104)	(443.040)	(441.006)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					344.796	1.914.420	2.259.216	161.040	2.347.754	2.508.794	142.161	2.572.376	2.714.537
Proger urbano					272.346	1.318.210	1.590.556	88.295	1.667.197	1.755.492	75.120	1.850.810	1.925.930
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	272.158	1.312.146	1.584.304	80.198	1.660.858	1.741.056	73.679	1.835.995	1.909.674
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	8	3	11	7.558	18	7.576	404	7.985	8.389
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	0	35	35	-	38	38	-	42	42
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	180	6.026	6.206	539	6.283	6.822	1.037	6.788	7.825
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.422	25.925	27.347	2.077	34.531	36.608	2.253	44.338	46.591
FAT infraestrutura				-	68.803	560.104	628.907	69.499	632.653	702.152	63.404	662.641	726.045
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	68.803	560.104	628.907	69.499	632.653	702.152	63.404	662.641	726.045
FAT – PNMPO				-	2.225	10.181	12.406	1.169	13.373	14.542	1.384	14.587	15.971
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	2.225	10.181	12.406	1.169	13.373	14.542	1.384	14.587	15.971
Linhas de crédito especiais					8.190	84.888	93.078	8.819	146.202	155.021	8.848	156.220	165.068
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010									
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	368	74.206	74.574	1	121.791	121.792	-	118.266	118.266
FAT - giro setorial				-	7.822	10.682	18.504	8.818	24.411	33.229	8.848	37.954	46.802
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	4.951	6.520	11.471	5.707	15.323	21.030	5.581	24.120	29.701
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	2.871	4.162	7.033	3.111	9.088	12.199	3.267	13.834	17.101
Total					352.986	1.999.308	2.352.294	169.859	2.493.956	2.663.815	151.009	2.728.596	2.879.605



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Carteira Própria (1)	42.453.532	36.825.873	26.362.460	42.224.126	35.942.540	25.349.462
Letras Financeiras do Tesouro	5.807.515	5.708.783	7.933.544	5.807.515	5.708.783	7.933.544
Letras do Tesouro Nacional	14.087.060	15.770.764	334.492	14.087.060	15.770.764	334.492
Notas do Tesouro Nacional	22.547.353	15.346.326	18.094.424	22.317.947	14.462.993	17.081.426
Debêntures	11.604	-	-	11.604	-	-
Carteira de Terceiros	44.917.100	19.215.316	36.061.403	44.917.100	19.215.316	36.061.403
Letras Financeiras do Tesouro	10.479.438	19.215.316	29.326.136	10.479.438	19.215.316	29.326.136
Letras do Tesouro Nacional	9.936.108	-	3.002.026	9.936.108	-	3.002.026
Notas do Tesouro Nacional	24.501.554	-	3.733.241	24.501.554	-	3.733.241
Carteira de Livre Movimentação	-	250.102	-	-	250.102	-
Letras do Tesouro Nacional	-	250.102	-	-	250.102	-
Total	87.370.632	56.291.291	62.423.863	87.141.226	55.407.958	61.410.865
Passivo circulante	85.270.483	54.066.190	59.555.457	85.041.077	53.182.857	58.542.459
Passivo não circulante	2.100.149	2.225.101	2.868.406	2.100.149	2.225.101	2.868.406

(1) Valores calculados considerando o “PU de Garantia” do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Carteira própria	(842.491)	(1.715.446)	(1.460.778)	(835.984)	(1.694.860)	(1.414.688)
Carteira de terceiros	(1.064.316)	(2.160.782)	(1.741.136)	(1.064.316)	(2.160.782)	(1.741.136)
Carteira de livre movimentação	-	(102)	-	-	(103)	-
Total	(1.906.807)	(3.876.330)	(3.201.914)	(1.900.300)	(3.855.745)	(3.155.824)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	516.464	516.464	527.589	503.622
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	11.059	11.059	11.361	10.542
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	22.010	22.010	26.386	30.156
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	7.883	7.883	16.177	15.877
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	-	-	37.264	36.480
Letra Imobiliária	CDI	3.158.153	3.128.683	5.312.065	8.565.745	20.164.646	15.257.819	12.603.611
Letra Imobiliária	TR	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	CDI	1.789.902	262.658	570.265	7.000.347	9.623.172	5.200.948	2.362.676
Total		4.948.055	3.391.341	5.882.330	16.123.508	30.345.234	21.077.544	15.562.964
Passivo circulante						14.221.726	12.966.352	7.637.654
Passivo não circulante						16.123.508	8.111.192	7.925.310



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Letras Imobiliárias	(331.731)	(676.246)	(509.373)
Letras Hipotecárias	(27.250)	(44.628)	(44.417)
Letras Financeiras	(159.903)	(309.554)	(103.365)
Total	(518.884)	(1.030.428)	(657.155)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Repasses no país	104.038.612	91.615.724	74.460.382
FGTS	90.050.322	80.599.183	67.245.280
BNDES	13.314.175	10.272.737	6.339.435
Tesouro Nacional - PIS	463.322	567.622	687.516
Outras instituições	210.793	176.182	188.151
Empréstimos no exterior	3.746	4.601	193.020
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	217	-	188.269
Demais linhas de crédito	3.529	4.601	4.751
Total de obrigações por empréstimos e repasses	104.042.358	91.620.325	74.653.402
Passivo circulante	1.379.461	810.500	878.284
Passivo não circulante	102.662.897	90.809.825	73.775.118

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior, em 30 de junho de 2011, é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras liquidadas em outubro de 2011.

Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2013.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
FGTS	(1.445.990)	(2.974.062)	(2.302.087)
BNDES	(245.150)	(345.362)	(209.338)
Tesouro Nacional - PIS	(9.400)	(19.314)	(20.709)
Empréstimos no exterior	(398)	(629)	-
Outras instituições	(9.226)	(19.862)	(24.733)
Total	(1.710.164)	(3.359.229)	(2.556.867)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.050.198	207.391	686.842
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	76.050	17.002	93.668
Sociais e estatutárias	1.159.257	3.142.448	604.217
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.794.042	1.450.221	1.178.266
Negociação e intermediação de valores	3.256	6.956	1.750
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	6.110.964	6.389.023	5.052.443
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	11.837.606	8.550.802	5.276.936
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	14.531.794	13.884.459	13.363.607
Diversas (Nota 18 (f))	29.690.878	27.560.003	26.873.038
Total	66.254.045	61.208.305	53.130.767
Passivo circulante	39.702.415	38.585.257	34.297.254
Passivo não circulante	26.551.630	22.623.048	18.833.513

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.050.198	207.391	686.842
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	76.050	17.002	93.668
Sociais e estatutárias	1.159.257	3.142.448	604.217
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.915.707	1.534.012	1.280.401
Negociação e intermediação de valores	3.256	6.956	1.750
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	6.110.964	6.389.023	5.052.443
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	11.837.606	8.550.802	5.276.936
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	14.531.794	13.884.459	13.363.607
Diversas (Nota 18 (f))	29.690.977	27.560.027	26.873.414
Total	66.375.809	61.292.120	53.233.278
Passivo circulante	39.824.179	38.669.072	34.399.765
Passivo não circulante	26.551.630	22.623.048	18.833.513



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Tributos sobre salários a recolher	298.347	274.903	241.726
Tributos sobre serviços a recolher	192.616	149.783	181.951
Tributos sobre lucros a recolher	257.386	246.040	105.783
Imposto de renda	86.952	74.309	-
Contribuição social	37.930	34.981	-
COFINS	114.091	117.767	91.080
PASEP	18.413	18.983	14.703
Tributos diferidos	820.317	511.253	249.823
Reavaliação - edificações	182.230	187.787	192.970
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	581.849	275.562	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	-	-	-
Contratos futuros	-	-	21.492
Outros	56.238	47.904	35.361
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	225.376	268.242	398.983
Total	1.794.042	1.450.221	1.178.266
Passivo circulante	1.611.812	1.262.434	985.296
Passivo não circulante	182.230	187.787	192.970

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Tributos sobre salários a recolher	298.347	274.903	241.726
Tributos sobre serviços a recolher	192.665	149.840	181.951
Tributos sobre lucros a recolher	257.386	258.733	136.878
Imposto de renda	86.952	74.762	22.942
Contribuição social	37.930	40.677	8.144
COFINS	114.091	123.144	91.087
PASEP	18.413	20.150	14.705
Tributos diferidos	941.933	582.294	320.863
Reavaliação - edificações	182.230	187.787	192.970
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	581.849	291.947	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	121.616	54.656	54.656
Contratos futuros	-	-	21.492
Outros	56.238	47.904	51.745
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	225.376	268.242	398.983
Total	1.915.707	1.534.012	1.280.401
Passivo circulante	1.733.477	1.346.225	1.087.431
Passivo não circulante	182.230	187.787	192.970



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Fundos e programas sociais	4.924.696	4.718.055	3.919.412
FGTS	2.165.761	2.622.868	2.208.799
Minha Casa Minha Vida	1.927.368	1.457.089	1.007.551
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	320.037	335.825	330.809
Programas de transferência de renda	351.504	203.440	267.349
Outros fundos e programas	160.026	98.833	104.904
Fundos financeiros e de desenvolvimento	632.543	945.469	690.182
PIS	602.154	546.533	681.379
FAT	28.986	397.537	7.468
FINSOCIAL	1.403	1.399	1.335
Operações com loterias	553.725	725.499	442.849
Total	6.110.964	6.389.023	5.052.443

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida será a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,3% ao ano.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837%, correspondente à taxa efetiva de 5,996% ao ano.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor Total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, correspondente à taxa efetiva de 5,082% ao ano.

Em 30/06/2012, estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 11.837.606 (31/12/2011 – R\$ 8.550.802 e 30/06/2011 – R\$ 5.276.936).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Medida provisória 347/2007	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	1.679.527	1.484.328	1.337.967
Medida provisória 470/2009	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.652.268	1.200.132	825.641
Total	14.531.794	13.884.459	13.363.607



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Diversas

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.035.702	9.203.504	8.271.948
Credores diversos - País (Nota f.2)	7.737.086	7.433.144	6.346.332
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.106.843	2.812.886	2.741.495
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.597.387	3.582.717	3.650.854
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	42.558	41.671	864.251
Financiamentos imobiliários a liberar	4.102.821	3.619.426	3.488.922
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	278.009	237.189	201.993
Obrigações por convênios	409.555	415.460	321.013
Obrigações por contribuições ao SFH	27.594	26.664	115.289
Recursos do FGTS para amortizações	171.530	123.859	110.502
Valores a pagar a sociedades ligadas	180.510	59.760	760.350
Credores diversos Exterior	1.284	3.723	89
Total	29.690.879	27.560.003	26.873.038
Passivo circulante	29.690.879	27.560.003	26.873.038

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.035.800	9.203.528	8.272.324
Credores diversos - País (Nota f.2)	7.737.086	7.433.144	6.346.332
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.106.843	2.812.886	2.741.495
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.597.387	3.582.717	3.650.854
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	42.558	41.671	864.251
Financiamentos imobiliários a liberar	4.102.821	3.619.426	3.488.922
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	278.009	237.189	201.993
Obrigações por convênios	409.555	415.460	321.013
Obrigações por contribuições ao SFH	27.594	26.664	115.289
Recursos do FGTS para amortizações	171.530	123.859	110.502
Valores a pagar a sociedades ligadas	180.510	59.760	760.350
Credores diversos Exterior	1.284	3.723	89
Total	29.690.977	27.560.027	26.873.414
Passivo circulante	29.690.977	27.560.027	26.873.414

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Despesas de pessoal	2.116.555	1.599.948	1.760.355
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32)	6.464.918	6.328.531	6.090.402
SAÚDE CAIXA	5.821.062	5.677.807	5.431.362
Auxílio e cesta alimentação	600.691	607.075	615.409
PREVHAB	43.165	43.649	43.631
Pré- pagamento crédito imobiliário	968.470	835.880	-
Outros pagamentos	485.759	439.145	421.191
Total	10.035.702	9.203.504	8.271.948

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Despesas de pessoal	2.116.653	1.599.972	1.760.731
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32)	6.464.918	6.328.531	6.090.402
SAÚDE CAIXA	5.821.062	5.677.807	5.431.362
Auxílio e cesta alimentação	600.691	607.075	615.409
PREVHAB	43.165	43.649	43.631
Pré- pagamento crédito imobiliário	968.470	835.880	-
Outros pagamentos	485.759	439.145	421.191
Total	10.035.800	9.203.528	8.272.324

(f.2) Credores diversos – País

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011 (1)	30/06/2011
Cartões de crédito	3.435.943	3.253.801	2.621.970
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (2)	257.472	256.408	520.630
Fornecedores	566.832	631.395	462.208
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	520.749	744.989	420.093
Crédito comercial - repasses	386.141	249.648	137.344
Crédito imobiliário -repasses	587.638	606.034	401.764
Obrigações com a União - repasses	33.883	32.509	31.056
Outros credores – poupança simplificada	499.957	499.983	500.030
Contas a pagar	81.908	56.842	63.500
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	30.703	28.135	25.499
Valores a restituir – penhor	135.310	127.283	116.822
Valores a apropriar (3)	1.002.118	787.866	890.561
Outros credores diversos	198.432	158.251	154.855
Total	7.737.086	7.433.144	6.346.332

(1) Reclassificação do item “Créditos adquiridos”, divulgado nas demonstrações de 31/12/2011, para os itens: “EMGEA” – R\$ 184.500, “Valores a apropriar” – R\$ 193.499 e “Outros credores diversos” – R\$ 48.624.

(2) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(3) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

A evolução do Capital Social pode ser resumida conforme quadro a seguir:

Evolução do Capital Social	
Descrição	Capital Social
Saldo em 31/12/2010	12.473.724
Aumento com ações PETROBRAS ON - Decreto 7.439 de 16/02/2011	287.256
Aumento com ações PETROBRAS PN - Decreto 7.439 de 16/02/2011	1.702.155
Aumento com ações ELETROBRÁS ON - Decreto 7.439 de 16/02/2011	210.589
Aumento com ações PETROBRAS ON - Decreto 7.653 de 23/12/2011	481.078
Saldo em 30/06/2012	15.154.802

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,91% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Reservas de Reavaliação	458.274	464.595	471.959
Reservas de Lucros	4.459.454	4.079.781	1.944.114
Reserva legal	1.508.342	1.366.024	1.220.613
Reserva estatutária - loterias	644.551	407.196	180.675
Reservas margem operacional	2.306.561	2.306.561	542.826



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

CAIXA INDIVIDUAL							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	5.025.764	2.880.908	7.906.672	4.521.981	2.578.219	7.100.200	5.875.045
Provisão SFH	755.230	453.138	1.208.368	739.125	443.475	1.182.600	1.170.411
Provisão para contingências	1.741.513	1.044.907	2.786.420	1.674.887	1.004.932	2.679.819	2.790.229
Outros	945.538	497.259	1.442.797	898.907	439.891	1.338.798	1.406.366
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.455.266	873.159	2.328.425	1.419.452	851.671	2.271.123	2.172.544
Ajuste valor. de mercado – resultado	238.802	143.282	382.084	168.367	101.020	269.387	160.963
Ajuste valor. de mercado - PL (disponível p/ venda)	208.651	125.190	333.841	131.921	79.153	211.074	74.258
Subtotal das diferenças temporárias	10.370.764	6.017.843	16.388.607	9.554.640	5.498.361	15.053.001	13.649.816
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570
Baixas até o período	(987.188)	-	(987.188)	(862.070)	-	(862.070)	(765.375)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(453.777)	(453.777)	-	(378.821)	(378.821)	(320.901)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(317.644)	(317.644)	-	(265.175)	(265.175)	(224.631)
Total dos créditos tributários	12.357.146	6.572.076	18.929.222	11.666.140	6.180.019	17.846.159	16.638.133

CAIXA INDIVIDUAL							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	Total
Ajuste valor. mercado – resultado	4.567	28.100	32.667	2.345	14.426	16.771	4.127
Ajuste valor mercado - PL (disponível p/ venda)	5.689	35.012	40.701	3.597	22.137	25.734	9.054
Total créditos tributários	10.256	63.112	73.368	5.942	36.563	42.505	13.181



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	5.025.764	2.880.908	7.906.672	4.521.981	2.578.219	7.100.200	5.875.045
Provisão SFH	755.230	453.138	1.208.368	739.125	443.475	1.182.600	1.170.411
Provisão para contingências	1.741.513	1.044.907	2.786.420	1.674.887	1.004.932	2.679.819	2.790.229
Outros	945.543	497.260	1.442.803	898.907	439.892	1.338.799	1.406.376
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.455.266	873.159	2.328.425	1.419.452	851.671	2.271.123	2.172.544
Ajuste valor mercado – resultado	238.802	143.282	382.084	168.367	101.020	269.387	160.963
Ajuste valor mercado - PL (disponível p/ venda)	208.651	125.190	333.841	131.922	79.153	211.075	74.258
Subtotal das diferenças temporárias	10.370.769	6.017.844	16.388.613	9.554.641	5.498.362	15.053.003	13.649.826
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570
Baixas até o período	(987.188)	-	(987.188)	(862.070)	-	(862.070)	(765.375)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(453.777)	(453.777)	-	(378.821)	(378.821)	(320.901)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(317.644)	(317.644)	-	(265.175)	(265.175)	(224.631)
Total dos créditos tributários	12.357.151	6.572.077	18.929.228	11.666.141	6.180.020	17.846.161	16.638.143

CAIXA CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2012			31/12/2011			30/06/2011
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	Total
Ajuste valor. mercado – resultado	4.567	28.100	32.667	2.345	14.426	16.771	4.127
Ajuste valor mercado - PL (disp. p/ venda)	5.689	35.012	40.701	3.597	22.137	25.734	9.054
Total créditos tributários	10.256	63.112	73.368	5.942	36.563	42.505	13.181

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. A realização de créditos tributários no 1º semestre de 2012 representou um montante de 133% em relação ao projetado em 2011.

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2º SEM 2012	20.104	12.062	8.444	3.198.310	3.238.920
2013	66.751	40.050	28.035	3.914.274	4.049.110
2014	77.829	46.698	32.688	3.118.653	3.275.868
2015	91.586	54.951	38.466	394.095	579.098
2016	106.106	63.664	44.565	396.166	610.501
2017	119.248	29.937	50.084	396.594	595.863
2018 A 2022	930.780	-	104.589	1.407.665	2.443.034
TOTAL	1.412.404	247.362	306.871	12.825.757	14.792.394



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2º SEM 2012	19.893	11.936	8.355	3.164.669	3.204.853
2013	62.076	37.245	26.072	3.640.135	3.765.528
2014	67.897	40.738	28.517	2.720.671	2.857.823
2015	74.811	44.887	31.421	321.913	473.032
2016	81.153	48.692	34.084	303.000	466.929
2017	85.318	21.419	35.833	283.749	426.319
2018 A 2022	581.932	-	72.615	924.457	1.579.004
TOTAL	973.080	204.917	236.897	11.358.594	12.773.488

(b) Movimentação do crédito tributário

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2011	17.888.664	(4.277.367)	13.611.297
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	1.169.454	-	1.169.454
Reversão de Provisão	(67.172)	67.172	-
Constituição PASEP/COFINS	15.896	-	15.896
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	137.735	-	137.735
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(125.118)	-	(125.118)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(74.955)	-	(74.955)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(52.469)	-	(52.469)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	110.555	-	110.555
Saldo em 30/06/2012	19.002.590	(4.210.195)	14.792.395

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2011	17.888.666	(4.277.367)	13.611.299
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	1.169.458	-	1.169.458
Reversão de Provisão	(67.172)	67.172	-
Constituição PASEP/COFINS	15.896	-	15.896
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	137.735	-	137.735
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(125.118)	-	(125.118)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(74.955)	-	(74.955)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(52.469)	-	(52.469)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	110.555	-	110.555
Saldo em 30/06/2012	19.002.596	(4.210.195)	14.792.401



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2012				2011	
	2º Trimestre		1º Semestre		1º Semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(226.475)	(98.312)	(275.815)	(120.622)	(67.559)	(30.614)
Valores Diferidos	458.975	166.154	527.278	227.187	394.293	259.303
Passivo Fiscal Diferido	(107.627)	(64.576)	(170.627)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	(107.627)	(64.576)	(170.627)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
Ativo Fiscal Diferido	566.602	230.730	697.905	329.563	398.168	261.628
- Diferenças Temporárias	557.416	333.998	712.467	456.987	431.554	295.608
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	9.186	(60.746)	(14.562)	(74.955)	(33.386)	(19.988)
- CSLL a 18%	-	(42.522)	-	(52.469)	-	(13.992)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	232.500	67.842	251.463	106.565	326.734	228.689

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2º trimestre 2012		1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.491.682	1.491.682	2.781.746	2.781.746	1.826.089	1.826.089
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(372.915)	(223.752)	(695.425)	(417.262)	(456.510)	(273.913)
Efeitos tributários adições e exclusões	(60.848)	(36.260)	67.005	40.587	211.229	126.882
Juros sobre o capital próprio	68.388	41.033	138.016	82.810	107.205	64.323
Participação dos empregados nos lucros	27.483	16.490	73.357	44.014	26.801	16.081
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	101.369	103.269	125.118	127.424	33.386	33.980
Incentivo fiscal	8.535	-	13.105	-	6.942	-
Reserva de reavaliação	1.513	908	3.009	1.805	3.388	2.033
Despesa corrente	(226.475)	(98.312)	(275.815)	(120.622)	(67.559)	(30.614)
Despesa diferida/marcação a mercado	(107.627)	(64.576)	(170.627)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	566.602	230.730	697.905	329.563	398.168	261.628
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	232.500	67.842	251.463	106.565	326.734	228.689



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	2012				2011	
	2º Trimestre		1º Semestre		1º Semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(226.659)	(98.379)	(278.566)	(121.615)	(90.172)	(38.758)
Valores Diferidos	458.976	166.154	527.282	227.188	394.294	259.304
Passivo Fiscal Diferido	(107.626)	(64.576)	(170.626)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	(107.626)	(64.576)	(170.626)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
Ativo Fiscal Diferido	566.602	230.730	697.908	329.564	398.169	261.629
- Diferenças Temporárias	557.416	333.998	712.470	456.988	431.555	295.609
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	9.186	(60.746)	(14.562)	(74.955)	(33.386)	(19.988)
- CSLL a 18%	-	(42.522)	-	(52.469)	-	(13.992)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	232.317	67.775	248.716	105.573	304.122	220.546

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	2º trimestre 2012		1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.491.932	1.491.932	2.785.485	2.785.485	1.856.844	1.856.844
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(372.977)	(223.790)	(696.359)	(417.823)	(464.199)	(278.527)
Efeitos tributários adições e exclusões	(45.245)	(25.766)	67.005	40.588	189.458	112.395
Juros sobre o capital próprio	68.388	41.033	138.016	82.810	107.205	64.323
Part. dos empregados nos lucros	27.483	16.490	73.357	44.014	26.801	16.081
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	101.369	103.269	125.118	127.424	33.386	33.980
Incentivo Fiscal	8.535	-	13.105	-	6.942	-
Reserva de reavaliação	1.513	908	3.009	1.805	3.388	2.033
Part. em coligadas e controladas	34.845	20.907	58.114	34.868	19.465	11.679
Outros	(50.570)	(31.430)	(59.931)	(35.301)	(12.618)	(722)
Despesa corrente	(226.659)	(98.379)	(278.566)	(121.615)	(90.172)	(38.758)
Despesa diferida/marcação a mercado	(107.626)	(64.576)	(170.626)	(102.376)	(3.875)	(2.325)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	566.602	230.730	697.908	329.564	398.169	261.629
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	232.317	67.775	248.716	105.573	304.122	220.546



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Resultado de operação de crédito	8.370.286	16.537.613	12.688.242
Operações compromissadas	1.294.934	2.865.084	2.319.946
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.965.490	3.570.423	1.937.285
Ativos financeiros disponíveis para venda	127.455	225.889	68.016
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.527.486	3.083.443	4.119.084
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(546.893)	(904.021)	(36.825)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.107.762	2.316.654	2.256.355
Créditos vinculados ao SFH	326.391	705.678	1.064.367
Resultado com câmbio	8.166	9.522	500
Outras	78.065	142.820	9.476
Total	14.259.142	28.553.105	24.426.446

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Operações com clientes	(4.302.195)	(8.772.683)	(7.874.297)
Operações com instituições financeiras	(156.948)	(283.306)	(147.957)
Operações compromissadas	(1.906.807)	(3.876.330)	(3.201.914)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.710.164)	(3.359.229)	(2.556.867)
Depósitos especiais e fundos e programas	(228.104)	(443.040)	(441.006)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.814.256)	(5.511.420)	(3.322.575)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	1.860.426	1.876.424	346.751
Total	(10.258.048)	(20.369.584)	(17.197.865)

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Operações com clientes	(4.301.698)	(8.771.745)	(7.873.661)
Operações com instituições financeiras	(156.948)	(283.306)	(147.957)
Operações compromissadas	(1.900.300)	(3.855.745)	(3.155.824)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.710.164)	(3.359.229)	(2.556.867)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(228.104)	(443.040)	(441.006)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.814.256)	(5.511.420)	(3.322.575)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	1.860.426	1.876.424	346.751
Total	(10.251.044)	(20.348.061)	(17.151.139)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Administração do FGTS	782.750	1.543.676	1.695.629
Administração do FCVS	21.889	46.040	35.863
Administração do PIS	8.418	17.213	17.546
Administração das loterias	232.264	504.629	439.126
Administração do FIES	38.497	74.102	50.953
Administração do FAR	1.364	1.879	1.687
Seguro-Desemprego	15.052	29.775	28.473
Orçamento Geral da União (OGU)	10.242	34.720	51.398
Bolsa Família	68.534	135.928	137.073
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	13.935	28.393	28.962
Administração de fundos de investimento	240.849	485.486	439.100
Tarifas de convênios (1)	522.672	1.000.509	884.260
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	35.305	73.097	52.380
TAC	101.807	157.919	228.918
Cartão de crédito	231.040	429.663	409.638
Cobrança de títulos	131.553	259.626	236.122
EMGEA – Administração de Contratos	50.873	101.895	109.189
Taxa de risco – Agente financeiro	122.157	207.723	139.227
CCFGTS	47.440	96.547	111.222
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	3.633	7.305	88.216
CONSTRUCARD CAIXA	5.923	16.567	39.835
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	89.032	171.839	112.182
Rendas de serviços prestados a ligadas	151.190	276.440	212.752
Outros serviços (1)	50.524	68.060	19.034
SubTotal – receita de prestação de serviços	2.976.943	5.769.031	5.568.785

Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
SubTotal – rendas de tarifas bancárias	564.907	1.080.237	567.395
Pessoa Física	517.894	993.883	483.820
Pessoa Jurídica	47.013	86.354	83.575
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	3.541.850	6.849.268	6.136.180

(1) Houve reclassificação de contas na composição dos itens desta nota explicativa, em relação ao que foi divulgado no ano de 2011, o que determinou ajuste de valores, substancialmente nos itens “Tarifas de convênios” e “Outros serviços”.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Proventos	(2.053.317)	(4.029.474)	(3.584.657)	(2.053.867)	(4.030.025)	(3.585.121)
Salários e proventos	(1.887.167)	(3.758.638)	(3.306.302)	(1.887.718)	(3.759.189)	(3.306.766)
Indenizações trabalhistas	(166.150)	(270.836)	(278.355)	(166.149)	(270.836)	(278.355)
Benefícios	(295.312)	(592.381)	(634.777)	(295.312)	(592.381)	(634.777)
Encargos sociais:	(774.677)	(1.517.342)	(1.318.674)	(774.842)	(1.517.508)	(1.318.819)
FGTS	(145.374)	(286.796)	(252.016)	(145.403)	(286.826)	(252.048)
Previdência social	(450.942)	(878.005)	(775.400)	(451.038)	(878.101)	(775.502)
Prev. complementar	(135.211)	(267.550)	(217.504)	(135.239)	(267.578)	(217.515)
Outros encargos	(43.150)	(84.991)	(73.754)	(43.162)	(85.003)	(73.754)
Outros	(46.701)	(78.799)	(74.544)	(46.397)	(78.836)	(74.549)
Total	(3.170.007)	(6.217.996)	(5.612.652)	(3.170.418)	(6.218.750)	(5.613.266)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Comunicações	(165.022)	(321.567)	(257.576)	(165.022)	(321.567)	(257.576)
Manutenção e conservação de bens	(212.850)	(413.074)	(394.928)	(212.850)	(413.074)	(394.928)
Água e energia	(74.654)	(143.843)	(125.027)	(74.654)	(143.843)	(125.027)
Aluguéis e arrendamento de bens	(207.781)	(442.193)	(353.859)	(207.781)	(442.193)	(353.859)
Despesas de material	(59.416)	(117.003)	(116.131)	(59.416)	(117.003)	(116.138)
Processamento de dados	(239.047)	(470.653)	(446.752)	(239.047)	(470.653)	(446.752)
Promoções e relações públicas	(41.244)	(70.536)	(87.589)	(41.244)	(70.536)	(87.589)
Propaganda e publicidade	(102.886)	(192.412)	(168.711)	(102.887)	(192.412)	(168.711)
Serviços do sistema financeiro	(78.540)	(152.669)	(133.489)	(78.541)	(152.669)	(133.745)
Serviços de terceiros	(276.146)	(529.876)	(395.879)	(276.146)	(529.876)	(395.879)
Serviços especializados	(120.436)	(222.113)	(199.747)	(121.432)	(225.757)	(200.511)
Serviços de vigilância e segurança	(160.889)	(345.227)	(275.685)	(160.888)	(345.227)	(275.685)
Depreciação e amortização	(230.152)	(419.929)	(378.973)	(230.152)	(419.930)	(378.973)
Outras administrativas	(73.474)	(136.109)	(125.432)	(73.639)	(136.325)	(125.467)
Total	(2.042.537)	(3.977.204)	(3.459.778)	(2.043.699)	(3.981.065)	(3.460.840)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Comissões e taxas s/ operações	981.561	1.639.669	1.603.853	981.561	1.639.669	1.603.853
Recuperação de despesas	220.252	441.370	422.472	219.008	438.848	420.168
Reversão de outras provisões operacionais	644.843	738.771	613.691	644.844	738.771	613.691
Receitas de cartões de crédito	39.768	76.109	69.662	39.768	76.109	69.662
Receitas de dividendos	950	1.298	241	950	8.916	64.873
Atualização de depósitos em garantia	132.158	291.089	295.356	132.158	291.089	295.356
Atualização monet. s/ valores a receber da União	4.248	5.790	-	4.248	5.790	-
Outras receitas operacionais	331.586	428.341	139.099	328.528	425.290	139.099
Total	2.355.366	3.622.437	3.144.374	2.351.065	3.624.482	3.206.702

Nota 27 – Outras despesas operacionais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Contribuição ao SFH	(247)	(510)	(382.081)
FCVS a receber - provisão/perdas	(106.089)	(105.537)	(281.721)
Obrigações com fundos e programas	(39.995)	(110.349)	(96.771)
Provisão para causas judiciais	(227.881)	(353.512)	(118.213)
EMGEA/UNIÃO	(1.092)	(2.469)	(18.318)
Despesas com loterias	(41.715)	(83.730)	(97.967)
Despesas com cartão	(206.495)	(396.560)	(315.391)
Serviços automatizados	(41.465)	(74.121)	(69.163)
Descontos de operações de crédito	(84.793)	(202.878)	(365.652)
Correspondente não bancário	(358.566)	(690.931)	(551.505)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(421.326)	(844.968)	(938.534)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(117.669)	(228.144)	(223.272)
Benefícios sociais	(17.167)	(36.214)	(36.674)
Fundo de investimento do FGTS	(8.021)	(13.165)	(3.082)
Alavancagem de negócios	(46.572)	(99.125)	(70.563)
Condenações judiciais	(27.016)	(59.506)	(124.795)
Créditos administrados por terceiros	(9.957)	(20.137)	(17.166)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(71.296)	(142.499)	(124.429)
Benefício pós-emprego	(297.097)	(297.097)	(281.428)
Desp. atual e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(68.757)	(147.062)	(109.086)
Desp. atual. monetária restituições e recolhimentos	(7)	(23)	(17.402)
Desp. revendedor lotérico	(41.086)	(80.651)	(54.071)
Desp. provisões operacionais	(217.082)	(269.339)	(174.193)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(21.483)	(36.615)	-
Outras	(250.044)	(422.918)	(270.200)
Total	(2.722.918)	(4.718.060)	(4.741.677)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Receitas não operacionais	42.488	102.825	104.407
Lucro na alienação de valores e bens	25.061	58.557	56.833
Alienação de bens imóveis	2.811	14.069	18.184
Sobras de caixa não reclamadas	8.323	14.695	10.821
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	5	6	3.160
Multas e penalidades	3.638	9.603	9.851
Outras rendas não operacionais	2.650	5.895	5.558
Despesas não operacionais	(98.550)	(194.972)	(214.430)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.240)	(2.054)	(2.467)
Indenizações por perdas e danos	(33.381)	(53.854)	(35.212)
Perdas em Imóveis	(9.398)	(20.036)	(17.401)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(39.080)	(89.461)	(118.615)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(2.169)	(5.709)	(8.660)
Perdas em cartões de crédito	(9.364)	(18.154)	(27.977)
Outras despesas não operacionais	(3.918)	(5.704)	(4.098)
Total	(56.062)	(92.147)	(110.023)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Contribuição COFINS	(331.377)	(665.075)	(554.437)	(331.385)	(665.082)	(558.625)
PIS/PASEP	(53.849)	(108.075)	(90.096)	(53.850)	(108.076)	(91.005)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(91.677)	(180.643)	(159.542)	(91.677)	(180.643)	(159.542)
Despesas com IPTU	(4.885)	(40.809)	(37.933)	(4.886)	(40.809)	(37.933)
Outras	(16.240)	(26.446)	(18.518)	(16.612)	(26.820)	(18.518)
Total	(498.028)	(1.021.048)	(860.526)	(498.410)	(1.021.430)	(865.623)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição por classificação de risco Provável:

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2011	Adições no semestre	Reversões/ Baixas no semestre	30/06/2012	30/06/2011
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	268.242	114.851	(157.717)	225.376	398.983
INSS	47.506	48.237	(49.190)	46.553	208.131
ISS	186.617	51.708	(95.461)	142.864	157.675
Outros	34.119	14.906	(13.066)	35.959	33.177
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.582.717	2.297.897	(2.283.227)	3.597.387	3.650.854
Perdas e danos	1.441.561	1.332.995	(1.326.276)	1.448.280	1.378.854
Poupança	1.342.666	134.544	(162.166)	1.315.044	1.494.626
Loterias	8.917	13.812	(12.265)	10.464	8.838
Crédito imobiliário	214.790	190.916	(189.056)	216.650	213.921
Contingenciamento do FGTS	574.783	625.630	(593.464)	606.949	554.615
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.812.886	1.896.923	(1.602.965)	3.106.844	2.741.495
Outras (Nota 18 (f))	41.671	887	-	42.558	864.251
Total	6.705.516	4.310.558	(4.043.909)	6.972.165	7.655.583

(ii) Composição por classificação de risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Demandas Fiscais	4.694.667	4.641.123	4.447.238
Demandas Cíveis	2.127.641	1.114.021	1.085.816
Demandas Trabalhistas	47.953	46.749	45.565
Total	6.870.261	5.801.893	5.578.619



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Demandas Fiscais	7.570.345	7.401.564	6.871.187
Demandas Cíveis	633.894	632.466	642.361
Demandas Trabalhistas	1.711.074	1.474.686	1.414.664
Total	9.915.313	9.508.716	8.928.212

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de junho de 2012, montam a R\$ 1.378.856 (30/06/2011 - R\$ 1.409.865), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 46.552 (30/06/2011 - R\$ 208.130).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de junho de 2012 corresponde ao montante de R\$ 344.699 (30/06/2011 - R\$ 322.888). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 142.863 (30/06/2011 – R\$ 145.860).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$6.115 (30/06/2011- R\$5.778), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi atuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.078.029 de juros, os quais totalizam R\$ 4.246.488 a valores de 30 de junho de 2012 (30/06/2011 - R\$ 4.128.408, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

A CAIXA possui 26 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 483.919 em 30 de junho de 2012 (30/06/2011 - R\$ 4.447.238).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme Resolução CMN nº 3.750/2009.

(a) Transações com partes relacionadas

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco Panamericano S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
- FUNCEF.

ATIVOS			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.041.893	2.063.590	-
Banco Panamericano	2.041.893	2.063.590	-
Aplicações em operações compromissadas	-	300.037	-
Banco Panamericano	-	300.037	-
Rendas a receber	2.046.215	1.469.305	1.021.756
Caixa Seguros Holding S.A.	12.389	450	131
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.033.826	1.468.855	1.021.625
Créditos adquiridos	3.210.789	2.404.793	1.505.315
Banco Panamericano	3.210.789	2.404.793	1.505.315
Total	7.298.897	6.237.725	2.527.071

PASSIVOS			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Depósitos	463.261	296.191	419.064
Caixa Seguros Holding S.A.	441.098	7.100	397.349
FUNCEF	19.276	1.250	18.957
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	2.887	287.841	2.758
Repasses do país - instituições oficiais	29.324	25.222	10.596
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	29.324	25.222	10.596
Obrigações diversas	32.852	31.462	30.014
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	32.852	31.462	30.014
Total	525.437	352.875	459.674



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITAS			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Rendas de depósitos interfinanceiros	36.664	88.670	6.363
Banco Panamericano	36.664	88.670	6.363
Rendas de prestação de serviços	161.945	312.219	262.683
Caixa Seguros Holding S.A.	151.190	276.440	210.041
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	10.755	35.779	52.642
Outras receitas operacionais	35.726	92.219	93.481
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	35.726	92.219	93.481
Total	234.335	493.108	362.527

DESPESAS			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Despesas administrativas - aluguéis	(11.255)	(22.503)	21.496
FUNCEF	(11.255)	(22.503)	21.496
Outras despesas operacionais	(853)	(1.659)	(1.648)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(853)	(1.659)	(1.648)
Total	(12.108)	(24.162)	19.848

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal chave da administração.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º trimestre 2012	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Benefícios de curto prazo	2.693	5.190	5.219
Proventos	2.013	3.940	4.256
Encargos Sociais	680	1.250	963

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – Natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.116.653 (31/12/2011 – R\$ 1.599.972 e 30/06/2011 – R\$ 1.760.731) na demonstração consolidada.

DESPESAS			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Benefícios de curto prazo	2.409.981	2.390.914	1.867.560
Natureza salarial	2.116.555	1.599.948	1.760.355
Participação dos empregados no lucro	293.426	790.966	107.205
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f1))	6.464.918	6.328.531	6.090.402
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	5.821.062	5.677.807	5.431.362
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	600.691	607.075	615.409
PREVHAB (cálculo atuarial)	43.165	43.649	43.631
Total	8.874.899	8.719.445	7.957.962

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.4) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00	5,78	6,00	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00	1,00	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00	5,50	5,00	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30

*valores em %



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	(6.465.329)	(5.899.921)	69.063	(89.217)	(22.916)	53.472
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	3.232.664	2.949.960	34.531	(44.608)	(11.458)	26.736
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	647.073	884.794	(167.759)	(82.737)	19.435	(17.127)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	-	(2.065.167)	-	(127.345)	7.976	9.609

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(358.031)	(334.121)	(283.896)	(154.508)
Custo do serviço corrente	(58.484)	(74.096)	(3.482)	(3.436)	(18.602)	(20.045)
Custo de juros	(3.622.039)	(3.017.912)	(32.082)	(33.925)	(30.593)	(9.567)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.493.888)	(2.092.304)	(35.357)	(5.694)	66.711	(110.000)
Benefícios pagos pelo plano	1.471.444	1.333.142	16.434	19.145	12.130	10.224
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	37.230.243	31.584.152	447.248	513.041	230.424	132.388
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	4.134.518	56.538	51.581	29.666	18.545
Ganhos / (Perdas) atuariais	1.018.447	2.813.153	(144.478)	(99.962)	23.206	85.096
Contribuições/Pagamentos do empregador	14.666	15.781	580	551	6.000	4.619
Contribuições de participantes do plano	14.666	15.781	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.471.444)	(1.333.142)	(16.434)	(19.145)	(12.130)	(10.224)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	(58.484)	(74.096)	(3.482)	(3.436)	(18.602)	(20.045)
Responsabilidade dos participantes	(505.758)	(521.255)	(10.486)	276	9.764	5.533
Custo de juros	(3.622.039)	(3.017.912)	(32.082)	(33.925)	(30.593)	(9.567)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	4.134.518	56.538	51.581	29.666	18.545
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(4.895)	(372)	(1.212)	-
Efeito do limite	(520.424)	(537.036)	-	-	-	3.224
Total da despesa reconhecida	(14.666)	(15.781)	(290)	(276)	(10.976)	(2.310)

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / Receita e Pagamentos esperados			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(28.123)	(2.850)	(25.060)
Responsabilidades dos participantes	(661.324)	3.040	8.024
Custo de juros	(3.871.909)	(47.312)	(27.967)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	44.082	36.981
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(12.879)	506
Efeito do não reconhecimento do ativo	(676.797)	15.595	-
Total da despesa a reconhecer	(15.473)	(324)	(7.517)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas

Premissas utilizadas PREVHAB		
Descrição	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30	10,23

*valores em %

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636
Valor presente da obrigação atuarial em excesso	(6.114)	(7.028)
Ganhos atuariais não reconhecidos	2.430	5.527
Ativo atuarial líquido no final do exercício (1)	(3.684)	(1.501)

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(36.607)	(40.205)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(80)	4.553
Benefícios pagos pelo plano	3.187	3.257
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	43.636	42.625
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Perdas atuariais	(2.948)	(1.444)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.188)	(3.257)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	68	-
Efeito do limite	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	2.183	1.500

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / receita e pagamentos esperados - PREVHAB	
Descrição	2012
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.041)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	2.084



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.821.062 (31/12/2011 – R\$ 5.677.807 e 30/06/2011 - R\$ 5.431.362) e a despesa para o período acumulado até 30 de junho de 2012 foi de R\$ 262.871 (30/06/2011 - R\$ 245.432).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,62
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	1,04
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	4,00
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	1,93	1,18
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F

*valores em % (exceto Tábua de mortalidade)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	4.637.896	4.387.210
Perdas atuariais não reconhecidas	994.472	778.857
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	5.632.367	5.166.068

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(4.387.210)	(4.259.459)
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Ganhos / (Perdas) atuariais	246.517	276.681
Benefícios pagos pelo plano	185.059	155.525
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução ativos líquidos SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	(185.059)	155.525
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(185.059)	(155.525)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	30.902	6.926
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da despesa no exercício	(651.359)	(553.031)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados SAÚDE CAIXA	
Descrição	2012
Montante de	
Custo do serviço corrente	(288.161)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(525.743)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	48.956
Total da despesa a reconhecer	(764.948)

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Efeito decorrente dos custos médicos - SAÚDE CAIXA		
Descrição	Decréscimo 1%	Aumento 1%
Valor Total do custo de juros	(524.511)	(529.810)
Valor Total do custo do serviço corrente	253.141	255.648
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.614.992	4.660.686
Percentual do valor Total do custo de juros	(0,23)%	0,77%
Percentual do valor Total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2011 a agosto de 2012 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 435,16 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2011 a agosto de 2012 é de R\$ 339,08 (trezentos e trinta e nove reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O benefício Auxílio Pecúlio é administrado pela CAIXA que, em conjunto com os participantes, são partes intervenientes contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação em 30 de junho de 2012 é de R\$ 600.691 (31/12/2011 – R\$ 607.075 e 30/06/2011 - R\$ 615.409) e a despesa para o período acumulado até 30 de junho de 2012 foi de R\$ 33.316 (30/06/2011 - R\$ 35.996).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas - auxílio, cesta alimentação e auxílio pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011*	2010*	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30	11,30
Taxa de rotatividade	-	-	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

*valores em % (exceto Tábua de mortalidade)

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Principais premissas - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	7.429	6.249
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	(624.440)	651.502	3.723	3.639
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	13.916	9.484	(2.519)	(2.802)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	638.356	660.986	1.204	837

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(308)
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Ganhos / (Perdas) atuariais	4.432	26.440	(40)	3.506
Benefícios pagos pelo plano	94.623	54.868	229	252
Reduções	-	92.530	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos – Auxílio Pecúlio			
Descrição	2011	2010	
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	6.249	5.824	
Retorno esperado dos ativos do plano	749	658	
Ganhos / (Perdas) atuariais	149	(468)	
Pagamentos / Contribuições do empregador	187	177	
Contribuições de participantes do plano	324	310	
Benefícios pagos pelo plano	(229)	(252)	
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.429	6.249	

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(309)
Contribuição dos participantes	-	-	324	310
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	749	659
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-	(174)	(274)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	92.529	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	11.544	(554)	(926)

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados – Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio		
Exercício de 2012 - Descrição	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Montantes de:		
Custo do serviço corrente	-	(383)
Contribuições dos participantes	-	342
Custo de juros	(66.633)	(1.286)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	907
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(149)
Total da despesa a reconhecer	(66.633)	(570)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	44.343.093	39.540.314	34.629.441
NÍVEL I	23.673.107	21.466.776	20.031.001
Patrimônio Líquido	21.397.946	19.561.381	18.201.533
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	3.087.796	2.800.014	2.612.739
Reservas de Reavaliação	(458.274)	(464.595)	(471.959)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(154.673)	(168.926)	(261.281)
Ativo Permanente Diferido	(8.953)	(22.825)	(40.454)
Ajuste ao Valor de Mercado	(190.735)	(187.247)	(9.577)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	(51.026)	-
NÍVEL II	21.874.250	18.683.916	15.280.658
Reservas de Reavaliação	458.274	464.595	471.959
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.388.688	9.481.272	9.522.186
Instrumentos de Dívida Subordinada	11.836.553	8.550.802	5.276.936
Ajuste ao Valor de Mercado	190.735	187.247	9.577
DEDUÇÕES DO PR	(1.204.264)	(610.378)	(682.218)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.203.120)	(609.388)	(681.384)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.144)	(990)	(834)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	37.770.639	32.605.806	26.205.167
Risco de Crédito (PEPR)	35.616.795	30.714.623	24.392.230
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P _{JUR} , P _{COM} e P _{ACS})	238.863	61.126	79.260
Risco Operacional (P _{OPR})	1.914.981	1.830.057	1.733.677
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	3.455.106	2.385.646	3.294.385
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	3.117.348	4.548.862	5.129.889
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	12,91%	13,34%	14,54%

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, *rating* das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação; as operações em carteira são reavaliadas periodicamente; as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e para as demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Fatores de Risco	Valor em Risco em Cenário de Normalidade*		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
PRE	24,6	10,4	8,8
Cupom IGP	0,02	-	0,03
Cupom IPCA	0,1	0,1	0,3
Cupom SELIC	0,1	-	-
VaR sem ED ⁽¹⁾	24,8	10,6	9,2
VaR com ED ⁽¹⁾	23,7	10,7	9,3

* Valores em R\$ milhões (1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - ATIVO									
Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	2.162.127	2.063.590	-	2.164.743	2.063.746	-	2.616	156	-
Aplicações em Operações Compromissadas	50.245.098	27.683.377	41.424.809	50.234.519	27.685.856	41.418.644	(10.579)	2.479	(6.164)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	127.715.266	119.404.875	107.486.728	133.047.946	121.984.257	108.127.593	5.332.680	2.579.382	640.865
Títulos para negociação	65.576.286	55.144.135	46.680.973	65.576.286	55.144.135	46.680.973	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	6.046.931	5.594.541	2.591.507	6.046.931	5.594.541	2.591.507	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	56.092.049	58.666.199	58.214.248	61.424.729	61.245.581	58.855.113	5.332.680	2.579.382	640.865
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	302.658.350	252.890.299	208.560.035	312.329.455	253.887.001	203.994.397	9.671.105	996.702	(4.565.638)
Comercial	99.195.580	79.750.293	63.749.169	111.857.249	87.684.038	72.648.367	12.661.669	7.933.745	8.899.198
Habitação	177.242.564	152.870.586	129.314.290	176.652.426	148.897.621	122.058.646	(590.138)	(3.972.965)	(7.255.644)
Infraestrutura/Desenvolvimento	21.162.689	16.927.897	12.789.547	18.762.263	13.963.819	6.580.355	(2.400.426)	(2.964.078)	(6.209.192)
Outros Créditos	5.057.517	3.341.523	2.707.029	5.057.517	3.341.523	2.707.029	-	-	-
Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - PASSIVO									
Captações de Recursos	77.998.184	60.293.053	52.779.089	79.672.438	61.745.016	53.648.597	1.674.254	1.451.963	869.510
CDB/RDB	47.652.950	39.215.509	37.216.125	47.992.765	39.524.657	39.589.748	339.815	309.148	2.373.624
LCI LH	30.345.234	21.077.544	15.562.964	31.679.673	22.220.359	14.058.849	1.334.439	1.142.815	(1.504.114)
Captação em Operações Compromissadas	87.370.632	56.291.291	62.423.863	87.541.698	57.915.402	64.908.222	171.066	1.624.111	2.484.359
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	93.912.989	84.169.782	70.949.574	86.881.770	71.395.765	56.406.039	(7.031.219)	(12.774.017)	(14.543.534)
Exterior	3.746	4.601	193.020	3.503	4.597	191.360	(243)	(4)	(1.659)
Tesouro	-	32.509	31.056	34.082	32.735	31.277	34.082	226	221
FGTS	90.050.322	80.599.183	67.245.280	82.239.950	67.091.999	52.430.646	(7.810.372)	(13.507.184)	(14.814.634)
BNDES	2.237.454	1.730.226	1.491.514	3.141.196	2.698.519	2.015.772	903.742	968.293	524.258
Depósitos não remunerados	1.621.467	1.803.263	1.988.704	1.463.039	1.567.915	1.736.984	(158.428)	(235.348)	(251.720)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	14.531.794	13.884.459	13.363.607	16.850.483	15.829.703	14.170.747	2.318.689	1.945.244	807.140



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31/12/2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros - 30/06/ 2012 – R\$ mil				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(121.822)	(2.893.244)	(5.502.936)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(80.418)	(1.809.164)	(3.272.195)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(339.651)	(7.803.615)	(14.397.442)
Variação cambial	Queda nas taxas de cambio	(1)	(40)	(81)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação

O Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

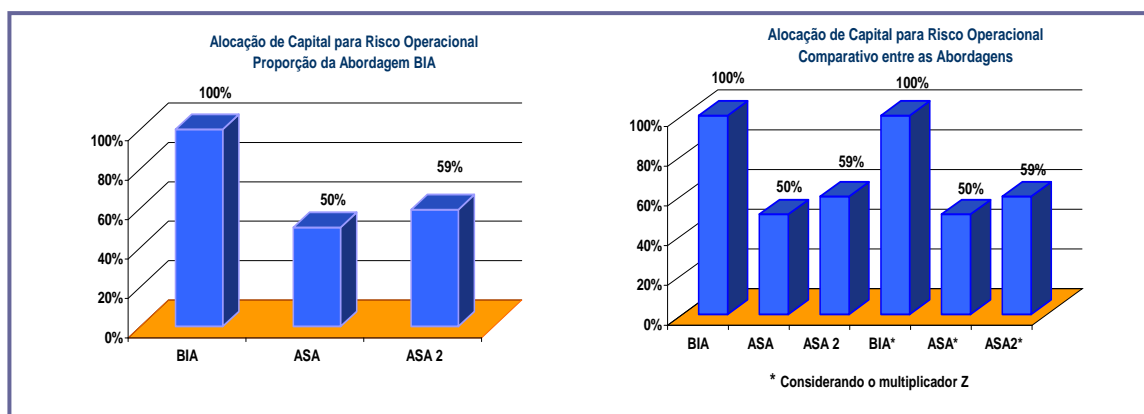
A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado.

As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:





Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional ainda está sendo normatizado pelo BACEN, que tem o Comunicado 19.217/09 como direcionador.

A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas no Comunicado citado e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado.

O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
PIS (1)	28.168.394	27.241.566	29.738.351
FGTS (1)	44.010.449	41.013.173	38.361.514
FAR (1)	5.462.229	5.381.563	4.659.332
FDS	1.118.840	1.076.326	1.015.983
FAS	26.284	29.318	27.517
FGS	173.039	105.641	44.050
FGHAB	1.051.393	425.564	170.189
CCA	26.963	20.616	11.994
CCAM	15	12	9
FGCN	1.571.846	1.400.154	1.261.430
FCE	33	15	11
Total	81.609.485	76.693.948	75.290.380
FCVS (1) (2)	(82.141.045)	(79.836.930)	(83.633.814)

(1) Posição de maio/2012.

(2) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (30/06/2011 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 20.814 (30/06/2011 - R\$ 32.421).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 115.632 (30/06/2011 - R\$ 98.697).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 158.757 (30/06/2011 - R\$ 166.454).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º SEMESTRE DE 2012

Nos termos das normas em vigor, incumbe ao Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – COAUD elaborar resumo do seu relatório semestral, com evidenciação das informações mais relevantes, destinado à publicação em conjunto com as respectivas demonstrações contábeis.

Incorporam-se ao rol de obrigações do Comitê: avaliar a efetividade dos trabalhos das auditorias interna e independente e dos sistemas de controles interno, apontando deficiências detectadas; posicionar-se sobre a qualidade das demonstrações contábeis da instituição; e verificar o cumprimento, pela administração, de recomendações oriundas das várias instâncias de controle e fiscalização.

No semestre recém-findo, ao desincumbir-se de tais tarefas, o Comitê manteve-se atento aos impactos na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL das mudanças ocorridas no sistema financeiro nacional, representadas pela forte redução das taxas de juros e de spreads.

Constituíram fatores essenciais para formação da opinião do Coaud as informações e observações colhidas nas reuniões com áreas estratégicas da Organização, com o Conselho de Administração, com o Conselho Diretor, em sua composição plena, e individualmente com algumas Diretorias e Vice-Presidências.

Igualmente relevante para tal finalidade, o exame dos diversos relatórios produzidos pela contabilidade, controladoria, gerenciamento de risco, auditorias interna e independente. Particularmente em relação a tais segmentos, debateu propostas de aprimoramentos no desenvolvimento dos respectivos trabalhos e informou-se sobre o estágio de ações empreendidas com vistas ao cumprimento de recomendações formuladas.

Os elementos colhidos pelo Comitê no desempenho de suas atividades no período permitem reafirmar que: i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Caixa Econômica Federal revelam satisfatório nível de efetividade, identificadas



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

incessantes iniciativas de aperfeiçoamentos; e ii) a atuação das auditorias interna e independente situa-se em nível compatível com o porte e características da CAIXA.

O Comitê examinou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, referentes ao primeiro semestre de 2012. Os dados e esclarecimentos obtidos e as observações colhidas permitem concluir que tais documentos foram elaborados em consonância com a regulamentação de regência e que as demonstrações contábeis observaram as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação econômico-financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Brasília (DF), 8 de agosto de 2012

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 30 de junho de 2012 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 18.428 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 7.854 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.773 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 13.347 milhões, em 30 de junho de 2012, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2012, a CAIXA possuía R\$ 19.002 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 4.210 milhões. O valor líquido de R\$ 14.792 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações complementares

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do resultado e do fluxo de caixa do trimestre findo em 30 de junho de 2012 e do valor adicionado (DVA) para o trimestre e o semestre findos em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Informações contábeis correspondentes

As demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 30 de junho de 2012 contêm também os correspondentes balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2011, cujo relatório foi emitido em 2 de fevereiro de 2012, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase sobre os créditos com o FCVS e créditos tributários, conforme descritos acima.

Essas informações contábeis correspondentes estão sendo apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas mencionadas anteriormente, sem contudo fazerem parte das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, dessa forma, a sua apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 8 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 “S” DF



Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 15/2012 – ATA Nº 612, DE 08/08/2012

Assunto: **Demonstrações Contábeis da CAIXA referentes ao 1º semestre de 2012.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

Os membros do Conselho, tendo em vista os documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna, nos Pareceres dos Auditores Independentes, e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação às ênfases contidas em seu relatório, bem como as recomendações apontadas pela Auditoria Interna, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 08 de agosto de 2012.

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
Conselheiro

LUPÉRCIO CAMARGO SEVERO DE MACÊDO
Conselheiro

PAULO HENRIQUE FEIJÓ DA SILVA
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente



Parecer do Conselho da Administração

P A R E C E R

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea “e”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos nº 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30.06.2012.

Brasília, 08 de agosto de 2012.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-Presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente